BR TRANSPETRO

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2014

TRANSPETRO

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

# Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

## RELATÓRIO ANUAL TRANSPETRO/2014

### 1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2014, a Transpetro, mais uma vez, atingiu integralmente o objetivo prioritário a que vem se dedicando ano após ano: consolidar-se como uma empresa brasileira de referência em logística de transportes. Em terminais, navios, dutos, e nos centros de operação e monitoramento, a meta de toda a força de trabalho da companhia é sempre aprimorar os patamares de eficiência, confiabilidade e segurança das operações.

Todos os nossos principais setores de atividades registraram números expressivos e realizações importantes, na trilha da modernização e da inovação tecnológica. Na Diretoria de Terminais e Oleodutos, tivemos, por exemplo, uma movimentação recorde, de 655 milhões de metros cúbicos, volume 3,67% acima do registrado em 2013.

Os resultados significativos não se restringem aos recordes. Em relação ao desempenho financeiro houve crescimento de 16% do faturamento consolidado, comparado ao ano anterior, e crescimento de 18,4% do EBITDA consolidado, também na comparação com 2013.

É importante lembrar que, em 2014, um dos pilares da gestão foi mais uma vez o Programa de Otimização de Custos Operacionais (Procop). Desde que implementado pelo Sistema Petrobras, o programa reforçou as mudanças na cultura de gestão dos gastos da Transpetro. O Procop proporcionou uma economia de R$ 414 milhões, 79% maior que em 2013 (R$ 231 milhões).

Os programas e projetos específicos também foram objeto de destaque em 2014. O Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef) fechou o ano com 9 navios entregues, dos quais 8 em operação, além de 14 em diferentes fases de construção - 5 deles em fase final de acabamento. Em 2015 está prevista a entrega de mais 7 navios.

O setor de transporte marítimo da Transpetro também registrou avanços fundamentais em 2014. Um deles foi a criação do Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN), instalado na sede da empresa, no Rio de Janeiro. O Centro garante a rápida identificação de possíveis situações que requerem maior atenção, com informações que ajudam na tomada de decisão. Desta forma, a frota da Transpetro, que se caracteriza por altos padrões de segurança e de eficiência ambiental, ganhou novas ferramentas para aprimorar ainda mais esse processo.

Em termos de inovação e modernização tecnológica, o CNAN segue o exemplo do Centro Nacional de Controle Operacional (CNCO), hoje uma referência internacional no setor, que controla, opera e monitora remotamente 100% da malha nacional de gasodutos, de Norte a Sul do País, e mais de 90% da malha de oleodutos.

O CNAN utiliza, por sua, vez, o SAFE (Sistema de Acompanhamento da Frota e Embarcados), outro destaque de 2014, que acompanha, em tempo real, a movimentação dos navios da frota operada pela companhia, prevenindo riscos de acidentes e monitorando os embarques de marítimos.

Outro marco de 2014 foi a inauguração da moderna sede da Academia Transpetro, no Centro do Rio, que se constitui num espaço importante de treinamento e capacitação para os quadros de terra e mar. Em uma área de 1.000 m², a Academia oferece simuladores navais (Simulador Marítimo Hidroviário - SMH e Simulador de Centro de Controle de Máquinas - SCCM) com tecnologia de ponta e soluções educacionais voltadas para o desenvolvimento e a capacitação profissionais, ao mesmo tempo em que promove continuamente transmissão do conhecimento, da cultura e dos valores da companhia.

Na área do Pré-Sal, em conjunto com o Sistema Petrobras, ajudamos a desenvolver projetos para acelerar o crescimento do setor. Um exemplo foi o projeto pioneiro para suprir o cimento destinado ao polo de Pré-Sal da Bacia de Santos. Trata-se da Unidade Remota de Abastecimento de Cimento, instalada no Porto de São Sebastião (SP).

Na área de Tecnologia Naval, cabe destaque para o NAVE2 (Navio Ecológico e Eficiente - Fase 2), uma parceria entre a gerência de Eficiência Energética da Transpetro e a Petrobras. O objetivo é elevar ainda mais nossos padrões de navegação econômica, segura e eficiente do ponto de vista ambiental.

Quando observamos outra área fundamental para os nossos serviços, a de Gás Natural, constatamos as mesmas características que vêm definindo as demais operações da Transpetro. Movimentamos volumes crescentes através da malha de gasodutos. A área movimentou, em 2014, 75,8 milhões de m3 de gás por dia, em média, volume 8,7% superior ao do ano anterior. Unindo o Nordeste ao Sudeste, com notável flexibilidade operacional e o transporte de Urucu a Manaus, na Região Norte, hoje a Transpetro é responsável por transportar 70% do gás natural consumido no País. Destaca-se também neste ano recorde de entrega de gás natural para geração de energia elétrica pelas usinas térmicas.

Na área de Terminais e Oleodutos merecem destaque o Píer do Terminal de Angra dos Reis (RJ), ao registrar incremento de 50% no volume movimentado para exportação; o carregamento de óleo combustível para atendimento às térmicas dos estados de Pernambuco e da Paraíba; o Terminal de Guamaré (RN) que deu início a operação do segundo quadro de boias e oleoduto submarino e o recorde anual de entrega de combustíveis para navios e embarcações nos Terminais Aquaviários da Baía de Guanabara (TABG/RJ).

Obstáculos existiram e sempre estarão pelo caminho. Mas nem mesmo as adversidades que enfrentamos em 2014 nos impediram de, com esforço, dedicação e determinação, alcançar resultados extremamente positivos em todas as áreas. É desta mesma forma, com talento e competência, que a força de trabalho da Transpetro certamente vai enfrentar e vencer os novos desafios que nos esperam em 2015.

Todos os esforços que desenvolvemos e todas as vitórias obtidas são consequência direta do empenho da Transpetro em garantir eficiência e qualidade para o Sistema Petrobras em sua logística de transporte de petróleo e derivados.

Como demonstra este relatório, em 2014 mais uma vez a Transpetro cumpriu, com grandes resultados, o seu papel estratégico para a Petrobras e para o desenvolvimento do Brasil.

### 2. A TRANSPETRO

A Transpetro encerrou o ano de 2014 com 54 navios em sua frota, mais de 14 mil km de oleodutos e gasodutos e 49 terminais aquaviários e terrestres. Os números traduzem a posição da empresa como a maior do Brasil em transporte e logística de combustíveis. Pautada por sólidos princípios de gestão ambiental e responsabilidade social, a companhia se encontra presente em 19 estados e no Distrito Federal e busca atender com excelência a crescente demanda do mercado consumidor.

No período de 2014 a 2018, a Transpetro prevê investir US$ 5,05 bilhões, de acordo com seu plano de negócios. Suas prioridades se mantêm no desenvolvimento do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef); na manutenção da infraestrutura na área de dutos e terminais; e em demais setores de importância estratégica para a evolução do negócio e para o atendimento das demandas do Sistema Petrobras.

#### 2.1. Direcionadores estratégicos

**Missão**

Atender às necessidades dos clientes de forma segura, rentável e integrada, com responsabilidade social e ambiental, no transporte e armazenamento de petróleo, derivados, gás, petroquímicos e biocombustíveis, contribuindo para o desenvolvimento do país.

**Visão**

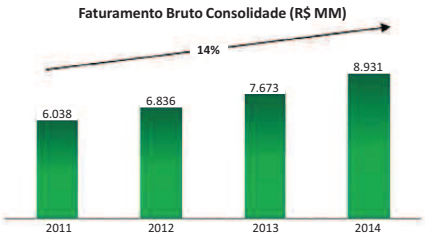
A Transpetro, transportadora do Sistema Petrobras, será inovadora e multimodal, pronta para atuar no exterior de acordo com as necessidades da Petrobras.

#### 2.2. Governança Corporativa

Assim como a controladora Petrobras, a Transpetro adota as melhores práticas de governança corporativa, utiliza avançados instrumentos de gestão empresarial e adota o Código de Ética do Sistema Petrobras. Em consequência, a administração da Transpetro é pautada pela ética, responsabilidade corporativa e transparência.

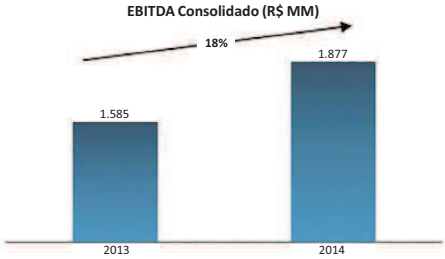
### 3. RESULTADO FINANCEIRO E OPERACIONAL

Em 2014, o faturamento bruto consolidado atingiu R$ 8,931 bilhões, com receita operacional líquida de R$ 7,725 bilhões, resultado 17% melhor que o obtido no exercício anterior.



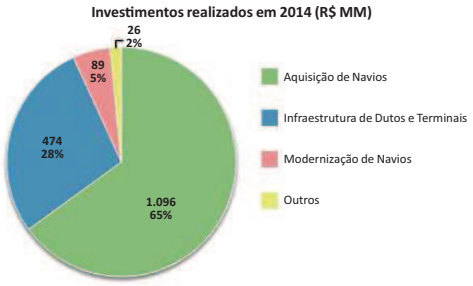

O segmento de Terminais e Oleodutos registrou avanço na geração de receita operacional líquida com R$ 5,572 bilhões, o que representa um aumento de 19% em relação a 2013. A área de Transporte Marítimo apresentou uma receita operacional líquida - gerada pelas operações da Transpetro e da Transpetro International Company (TI BV) - de R$ 1,480 bilhão, resultado 12% superior ao do ano anterior. A receita operacional líquida do segmento de Gás Natural foi de R$ 673,0 milhões, com crescimento de 11% na comparação com 2013.

A geração de caixa operacional (EBITDA) consolidada registrou R$ 1,877 bilhão, o que representa um aumento de 18,4% comparado a 2013.




Cerca de 832,6 milhões de m³ de petróleo, derivados e biocombustíveis foram movimentados e faturados pelo segmento de Terminais e Oleodutos em 2014. O Transporte Marítimo encerrou o ano com 53 navios em operação, incluindo as embarcações da Transpetro International Company (TI BV), e 1 em pré-operação. Já a área de Gás Natural fechou o exercício de 2014 operando uma malha de gasodutos de mais de 7 mil km.

A Transpetro realizou investimentos em 2014, de R$ 1,686 bilhão. Sua carteira de investimentos teve foco em aquisição de navios (Promef), em infraestrutura de dutos e terminais e em modernização de navios (docagens).




## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

### Em milhares de reais

| Ativo | Nota | Controladora 2014 | Controladora 2013 Reapresentado (Nota 3.26) | Controladora 1º de janeiro de 2013 Reapresentado (Nota 3.26) | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 Reapresentado (Nota 3.26) | Consolidado 1º de janeiro de 2013 Reapresentado (Nota 3.26) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 1.084.801 | 774.583 | 457.009 | 1.347.275 | 1.136.884 | 634.425 |
| Contas a receber | 10 | 18.895 | 8.306 | 19.820 | 18.895 | 8.306 | 19.820 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 10 e 11 | 1.048.735 | 866.769 | 736.148 | 1.034.418 | 809.321 | 709.359 |
| Adiantamento a fornecedores | | 7.781 | 10.420 | 12.934 | 33.917 | 17.836 | 18.523 |
| Sinistros avisados | | 1.377 | 3.106 | 36.630 | 2.898 | 4.681 | 40.279 |
| Estoques | | 52.824 | 42.104 | 30.446 | 52.824 | 42.104 | 30.446 |
| Impostos a recuperar | 12 | 195.610 | 197.090 | 68.317 | 195.758 | 197.227 | 68.563 |
| Despesas antecipadas | | 8.583 | 4.274 | 1.836 | 58.376 | 44.363 | 31.708 |
| Outros ativos circulantes | | 37.798 | 64.517 | 34.240 | 38.376 | 64.986 | 34.240 |
| | | 2.456.404 | 1.971.169 | 1.397.380 | 2.782.737 | 2.325.708 | 1.587.363 |
| Ativos destinados à alienação | 14 | - | 15.224 | - | - | 15.224 | - |
| | | 2.456.404 | 1.986.393 | 1.397.380 | 2.782.737 | 2.340.932 | 1.587.363 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 9 | 44.731 | 43.048 | 52.068 | 44.731 | 43.048 | 52.068 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - | - | 265.806 | - | - | - |
| Impostos e contrib. Sociais diferidos | 13 | 5.014 | - | - | 5.014 | - | - |
| Sinistros avisados | | 20.636 | 29.495 | - | 20.636 | 29.495 | - |
| Adiantamentos a fornecedores | | 140.086 | 136.574 | 93.974 | 140.086 | 136.574 | 93.974 |
| Depósitos judiciais | 18 | 90.826 | 71.193 | 40.974 | 90.826 | 71.193 | 40.974 |
| | | 301.293 | 280.310 | 452.822 | 301.293 | 280.310 | 187.016 |
| Investimentos | 15 | 632.968 | 663.863 | 239.466 | - | - | - |
| Imobilizado | 16 e 30 | 6.112.510 | 5.208.450 | 4.162.484 | 6.517.324 | 5.592.331 | 4.506.603 |
| Intangível | | 6.124 | 7.882 | 14.096 | 6.124 | 7.882 | 14.097 |
| | | 6.751.602 | 5.880.195 | 4.416.046 | 6.523.448 | 5.600.213 | 4.520.700 |
| Total do ativo | | 9.509.299 | 8.146.898 | 6.266.248 | 9.607.478 | 8.221.455 | 6.295.079 |

| Passivo e patrimônio líquido | Nota | Controladora 2014 | Controladora 2013 Reapresentado (Nota 3.26) | Controladora 1º de janeiro de 2013 Reapresentado (Nota 3.26) | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 Reapresentado (Nota 3.26) | Consolidado 1º de janeiro de 2013 Reapresentado (Nota 3.26) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | | | | |
| Financiamentos | 30 | 130.783 | 96.445 | 45.827 | 130.783 | 96.445 | 45.827 |
| Fornecedores | | 357.053 | 281.128 | 253.151 | 391.887 | 282.482 | 266.675 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | 11 | 317.723 | 295.846 | 236.586 | 379.181 | 367.869 | 248.665 |
| Impostos e contribuições sociais a recolher | 17 | 156.996 | 147.754 | 124.163 | 158.512 | 148.884 | 127.373 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social | | - | - | 41.951 | - | - | 41.951 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 21 .(c) | - | 185.854 | 164.721 | - | 185.854 | 164.721 |
| Salários, benefícios e encargos sociais a recolher | | 161.890 | 161.746 | 117.872 | 162.261 | 161.796 | 117.889 |
| Provisão para participação de empregados sobre o resultado | 24 | 71.554 | 69.721 | 64.467 | 71.554 | 69.721 | 64.467 |
| Demais contas e despesas a pagar | | 20.981 | 19.614 | 15.539 | 20.981 | 19.614 | 15.539 |
| Receitas a apropriar | | 553 | 826 | 2.472 | 553 | 826 | 2.473 |
| | | 1.217.533 | 1.258.934 | 1.066.749 | 1.315.712 | 1.333.491 | 1.095.580 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Financiamentos | 30 | 2.818.029 | 2.129.102 | 1.384.249 | 2.818.029 | 2.129.102 | 1.384.249 |
| Impostos e contribuições sociais diferidos | 13 | - | 17.843 | 5.024 | - | 17.843 | 5.024 |
| Provisão para contingências | 18 | 55.731 | 16.184 | 21.844 | 55.731 | 16.184 | 21.844 |
| Receitas a apropriar | | 6.866 | 7.419 | 2.069 | 6.866 | 7.419 | 2.069 |
| Passivo atuarial | 19 | 395.405 | 47.632 | 29.230 | 395.405 | 47.632 | 29.230 |
| | | 3.276.031 | 2.218.180 | 1.442.416 | 3.276.031 | 2.218.180 | 1.442.416 |
| Patrimônio líquido | | | | | | | |
| Capital social realizado | 21.(a) | 3.403.344 | 3.202.960 | 2.946.300 | 3.403.344 | 3.202.960 | 2.946.300 |
| Reserva de capital | 21.(b) | 5.792 | 5.792 | 5.792 | 5.792 | 5.792 | 5.792 |
| Reservas de lucros | 21.(b) | 1.479.726 | 1.338.671 | 804.333 | 1.479.726 | 1.338.671 | 804.333 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 22 | 126.873 | 122.361 | 658 | 126.873 | 122.361 | 658 |
| | | 5.015.735 | 4.669.784 | 3.757.083 | 5.015.735 | 4.669.784 | 3.757.083 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 9.509.299 | 8.146.898 | 6.266.248 | 9.607.478 | 8.221.455 | 6.295.079 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSPETRO

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

# Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

### Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

| | Nota | Controladora 2014 | Controladora 2013 Reapresentado (Nota 3.26) | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 Reapresentado (Nota 3.26) |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita líquida de serviços prestados | 25 | 6.875.077 | 5.848.852 | 7.724.599 | 6.619.901 |
| Custo dos serviços prestados | 26(a) | (4.100.397) | (3.710.055) | (4.853.962) | (4.401.779) |
| **Lucro bruto** | | 2.774.680 | 2.138.797 | 2.870.637 | 2.218.122 |
| **Despesas operacionais** | | | | | |
| Vendas | 26(b) | (37.452) | (32.080) | (37.452) | (32.080) |
| Gerais e administrativas | | | | | |
| De administração | 26(c) | (915.296) | (786.083) | (919.286) | (789.897) |
| De honorários da Diretoria e do Conselho de Administração | 29 | (9.585) | (8.475) | (9.585) | (8.475) |
| Tributárias | 26(d) | (25.784) | (34.489) | (25.784) | (34.488) |
| Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente | 2 | (256.664) | - | (256.664) | - |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 27 | (118.822) | (24.059) | (118.835) | (24.059) |
| | | (1.363.603) | (885.186) | (1.367.606) | (888.999) |
| Participação em controlada | 15 | 91.714 | 74.879 | - | - |
| **Lucro antes do resultado financeiro** | | 1.502.791 | 1.328.490 | 1.503.031 | 1.329.123 |
| Receitas financeiras | 28 | 108.348 | 56.737 | 109.787 | 57.703 |
| Despesas financeiras | 28 | (113.016) | (82.375) | (113.088) | (82.484) |
| Variações monetárias e cambiais, líquidas | | (25.620) | (1.913) | (25.975) | (2.327) |
| | | (30.288) | (27.551) | (29.276) | (27.108) |
| **Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda** | | 1.472.503 | 1.300.939 | 1.473.755 | 1.302.015 |
| Imposto de renda | 13 | (134.219) | (234.038) | (134.219) | (235.114) |
| Contribuição social | 13 | (362.424) | (87.083) | (363.676) | (87.083) |
| **Lucro antes das participações dos empregados** | | 975.860 | 979.818 | 975.860 | 979.818 |
| Participações dos empregados | 24 | (70.500) | (69.314) | (70.500) | (69.314) |
| **Lucro líquido do exercício** | | 905.360 | 910.504 | 905.360 | 910.504 |
| Lucro por ação básico e diluído - R$ | 23 | 0,27 | 0,28 | | |
| Quantidade de lote de mil ações ao final do exercício | 21 | 3.403.344 | 3.202.960 | | |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

### Em milhares de reais

| | Controladora 2014 | Controladora 2013 Reapresentado (Nota 3.26) | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 Reapresentado (Nota 3.26) |
|---|---|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | 905.360 | 910.504 | 905.360 | 910.504 |
| **Outros componentes do resultado abrangente** | | | | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado: | | | | |
| Remensuração das obrigações de benefícios de planos de pensão, líquidos dos efeitos tributários (Nota 19) | 4.108 | 36.850 | 4.108 | 36.850 |
| Remensuração das obrigações de benefícios de saúde pós-emprego (Nota 19) | (100.400) | - | (100.400) | - |
| Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado: | | | | |
| Ajuste de conversão de investimento no exterior | 100.804 | 84.853 | 100.804 | 84.853 |
| **Total de outros componentes do resultado abrangente** | 4.512 | 121.703 | 4.512 | 121.703 |
| **Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários** | 909.872 | 1.032.207 | 909.872 | 1.032.207 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

### Em milhares de reais

| | Controladora 2014 | Controladora 2013 Reapresentado (Nota 3.26) | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 Reapresentado (Nota 3.26) |
|---|---|---|---|---|
| **Receitas** | | | | |
| Vendas de serviços | 8.081.076 | 6.902.217 | 8.930.598 | 7.673.266 |
| Outras receitas operacionais | 143.644 | 174.927 | 143.644 | 174.927 |
| Receitas relacionadas a construção de ativos para uso | 1.625.115 | 1.362.600 | 1.662.504 | 1.394.463 |
| (-) Provisão devedores duvidosos | 3 | (132) | 3 | (132) |
| | 9.849.838 | 8.439.612 | 10.736.749 | 9.242.524 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | | | |
| Serviços de terceiros | (1.178.835) | (1.162.382) | (1.426.237) | (1.384.490) |
| Materiais consumidos | (186.007) | (206.443) | (208.951) | (236.761) |
| Energia, serviços de terceiros e outros | (2.471.395) | (1.934.675) | (2.512.880) | (1.974.001) |
| Créditos fiscais sob materiais consumidos | (6.704) | (6.094) | (6.704) | (6.094) |
| Créditos fiscais sob energia, serviços de terceiros e outros | (178.311) | (164.920) | (178.311) | (164.920) |
| | (4.021.252) | (3.474.515) | (4.333.083) | (3.766.266) |
| **Valor adicionado bruto** | 5.828.586 | 4.965.097 | 6.403.666 | 5.476.258 |
| Depreciação e amortização | (385.670) | (276.872) | (444.018) | (325.016) |
| **Valor adicionado líquido produzido pela Companhia** | 5.442.916 | 4.688.225 | 5.959.648 | 5.151.242 |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 91.714 | 74.879 | - | - |
| Receitas financeiras - receita financeira e receita de variações monetárias e cambiais | 122.963 | 99.235 | 124.409 | 100.206 |
| | 214.677 | 174.114 | 124.409 | 100.206 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **5.657.593** | **4.862.339** | **6.084.057** | **5.251.448** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | | | |
| Pessoal e encargos | 811.649 | 738.895 | 811.802 | 738.904 |
| Participações de empregados | 70.500 | 69.314 | 70.500 | 69.314 |
| Honorários da diretoria e conselho de administração | 9.585 | 8.475 | 9.585 | 8.475 |
| Mão de obra adicional | 517.223 | 461.655 | 518.599 | 462.459 |
| Vantagens (alimentação, transportes e outros) | 252.960 | 219.251 | 253.526 | 219.822 |
| Plano de aposentadoria e pensão | 61.349 | 36.749 | 61.622 | 38.913 |
| Plano de saúde | 238.887 | - | 238.887 | - |
| FGTS | 50.981 | 49.139 | 50.981 | 49.139 |
| | 2.013.134 | 1.583.478 | 2.015.502 | 1.587.026 |
| **Entidades governamentais** | | | | |
| Impostos contribuições federais | 1.368.210 | 1.099.401 | 1.369.483 | 1.100.477 |
| Impostos contribuições estaduais | 380.649 | 341.318 | 380.649 | 341.318 |
| Impostos contribuições municipais | 93.939 | 87.956 | 93.939 | 87.956 |
| Imposto renda e contribuição social diferido | (24.974) | 1.675 | (24.974) | 1.675 |
| | 1.817.824 | 1.530.350 | 1.819.097 | 1.531.426 |
| **Instituições financeiras** | | | | |
| Despesas financeiras e aluguéis | 921.275 | 838.007 | 1.344.098 | 1.222.492 |
| **Acionistas** | | | | |
| Lucros retidos | 69.969 | 695.361 | 69.969 | 695.361 |
| Remuneração ao acionista | 835.391 | 215.143 | 835.391 | 215.143 |
| Lucro do exercício | 905.360 | 910.504 | 905.360 | 910.504 |
| **Valor adicionado distribuído** | **5.657.593** | **4.862.339** | **6.084.057** | **5.251.448** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

### Em milhares de reais

| | Controladora 2014 | Controladora 2013 Reapresentado (Nota 3.26) | Consolidado 2014 | Consolidado 2013 Reapresentado (Nota 3.26) |
|---|---|---|---|---|
| **Atividade operacional** | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 905.360 | 910.504 | 905.360 | 910.504 |
| **Ajustes** | | | | |
| Participação em empresa controlada | (91.714) | (74.879) | - | - |
| Depreciação e amortização | 385.670 | 276.872 | 444.018 | 325.016 |
| Valor residual de bens baixados do imobilizado | 14.883 | (3.963) | 14.883 | (3.963) |
| Variações financeiras sobre empréstimos e financiamentos | 109.675 | 82.779 | 109.675 | 82.779 |
| Encargos Fin. sobre Emprést. e Financ. de C.P. e LP com Empresas do Sistema | 31.986 | - | 31.986 | - |
| Variação cambial sobre operações com empresas do sistema Petrobras | 77 | (9.086) | 77 | (9.086) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (24.974) | 1.675 | (24.974) | 1.675 |
| Provisão para devedores duvidosos | (3) | 132 | (3) | 132 |
| Provisão (Reversão) para contingências | 39.547 | (5.660) | 39.547 | (5.660) |
| Provisão atuarial com plano de pensão | 253.922 | 38.647 | 253.922 | 38.647 |
| Outros ajustes | 91.188 | 1.141 | 85.470 | (12.618) |
| **Variações nos ativos e passivos:** | | | | |
| Redução (aumento) de contas a receber de CP e LP | (35.419) | 5.990 | (35.419) | 5.990 |
| Redução (aumento) de estoques | (10.719) | (11.658) | (10.719) | (11.658) |
| Redução (aumento) de adiantamento a fornecedores - CP | 2.639 | 2.514 | (16.080) | 687 |
| Redução (aumento) de outros ativos circulantes | 28.444 | (27.210) | 28.394 | (19.195) |
| Redução (aumento) de outros ativos não circulantes | 8.860 | - | 8.860 | - |
| Redução (aumento) de depósitos judiciais | (19.633) | (30.220) | (19.633) | (30.220) |
| Redução (aumento) de despesas antecipadas | (4.308) | (2.440) | (14.013) | (12.665) |
| Aumento (redução) de fornecedores | 75.849 | 37.064 | 109.326 | 24.895 |
| Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições de CP e LP | 222.295 | 126.695 | 222.668 | 124.726 |
| Aumento (redução) de salários, férias e encargos | 92.930 | 44.838 | 93.251 | 38.456 |
| Aumento (redução) de Plano de Pensão e de Saúde | (323) | - | (323) | - |
| Aumento (redução) de PLR | 1.833 | 5.254 | 1.833 | 5.254 |
| Aumento (redução) de receita diferida | (825) | 3.704 | (825) | 3.704 |
| Aumento (redução) de outros passivos circulantes | 1.367 | 12.687 | 1.367 | 12.702 |
| Redução (aumento) de operações de CP e LP com emp.do sistema - contas a receber | (157.135) | (125.228) | (200.266) | (94.569) |
| Aumento (redução) de operações de CP e LP com emp. do sistema - contas a pagar | 129.197 | 59.261 | 118.633 | 119.203 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (288.533) | (136.381) | (288.533) | (136.381) |
| **Recursos líquidos provenientes da atividade operacional** | 1.762.136 | 1.183.032 | 1.858.482 | 1.358.355 |
| **Atividade de financiamento** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos de terceiros | 487.113 | 360.000 | 487.113 | 360.000 |
| Amortização principal - Financiamentos de terceiros | (98.093) | (54.462) | (98.093) | (54.462) |
| Amortização de juros de terceiros | (139.687) | (74.978) | (139.687) | (74.978) |
| Dividendos pagos | (742.641) | (49.947) | (742.641) | (49.947) |
| **Recursos líquidos aplicados e provenientes da atividade de financiamento** | (493.308) | 180.613 | (493.308) | 180.613 |
| **Atividade de investimento** | | | | |
| Aquisição de bens imobilizado | (1.211.549) | (1.107.854) | (1.244.489) | (1.146.657) |
| Títulos e valores mobiliários | (1.684) | 9.021 | (1.684) | 9.021 |
| Receita com alienação de bens | 31.209 | 52.763 | 31.209 | 52.763 |
| Dividendos recebidos | 223.414 | - | - | - |
| **Recursos líquidos aplicados na atividade de investimento** | (958.610) | (1.046.071) | (1.214.964) | (1.084.873) |
| **Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos** | 310.218 | 317.574 | 150.210 | 454.095 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 774.583 | 457.009 | 1.136.884 | 634.425 |
| Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa | - | - | 60.181 | 48.364 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** | 1.084.801 | 774.583 | 1.347.275 | 1.136.884 |
| **Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos** | 310.218 | 317.574 | 150.210 | 454.095 |
| **Transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa** | | | | |
| Dividendos capitalizados | - | 256.660 | - | 256.660 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 260.369 | - | - |
| Ajustes líquidos - adições de imobilizado | 295.079 | 439.533 | 295.079 | 430.327 |
| Ajustes líquidos - baixas de imobilizado | - | 181.963 | - | - |
| Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente | 256.664 | - | 256.664 | - |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

### Em milhares de reais

| | | Controladora e consolidado | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Reservas de lucros | | | | | | | |
| | Nota | Capital social realizado | Reserva de capital Incentivos fiscais | Legal | Lucros a realizar | Incentivos fiscais | Dividendo adicional proposto | Retenção de lucros | Lucros acumulados | Ajustes de avaliação patrimonial | Total |
| **Em 1o de janeiro de 2013** | | 2.946.300 | 5.792 | 257.232 | 1.239 | 16.228 | 91.939 | 586.380 | - | 658 | 3.905.768 |
| Ajustes de exercícios anteriores | 3.26 | - | - | - | - | - | - | (148.685) | - | - | - |
| Saldo de abertura ajustado | | 2.946.300 | 5.792 | 257.232 | 1.239 | 16.228 | 91.939 | 437.695 | - | 658 | 3.757.083 |
| Ajuste de conversão de investimento no exterior | | - | - | - | - | - | - | - | - | 84.853 | 84.853 |
| Remensuração passivo atuarial - Petro 2 | 19 | - | - | - | - | - | - | - | - | 36.850 | 36.850 |
| Ajuste cálculo atuarial Petros 2/2012 | 19 | - | - | - | - | - | - | - | (27.748) | - | (27.748) |
| Integralização de capital conf. AGE de 12 de abril 2013 | 21 | 256.660 | - | - | - | - | - | - | - | - | 256.660 |
| Dividendo adicional proposto 2012 | 21 | - | - | - | - | - | (91.939) | - | - | - | (91.939) |
| Complemento dividendo 2012 | 21 | - | - | - | - | - | - | (41.336) | - | - | (41.336) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | 910.504 | - | 910.504 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | 21 | - | - | 46.223 | - | - | - | - | (46.223) | - | - |
| Reserva de incentivos fiscais | 21 | - | - | - | - | 17.665 | - | - | (17.665) | - | - |
| Reserva de retenção de lucros | 21 | - | - | - | - | - | - | 257.957 | (257.957) | - | - |
| Dividendos adicional proposto | 21 | - | - | - | - | - | 345.768 | - | (345.768) | - | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 21 | - | - | - | - | - | - | - | (215.143) | - | (215.143) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2013 (reapresentado)** | | **3.202.960** | **5.792** | **303.455** | **1.239** | **33.893** | **345.768** | **654.316** | - | **122.361** | **4.669.784** |
| Ajuste de conversão de investimento no exterior | | - | - | - | - | - | - | - | - | 100.804 | 100.804 |
| Remensuração passivo atuarial - Petros 2 e AMS | 19 | - | - | - | - | - | - | - | - | (96.292) | (96.292) |
| Integralização de capital conf. AGE de 01 de abril 2014 | 21 | 200.384 | - | - | - | (16.228) | - | (184.155) | - | - | - |
| Dividendo adicional proposto | 21 | - | - | - | - | - | (345.768) | - | - | - | (345.768) |
| **Complemento dividendo** | 21 | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | 905.360 | - | 905.360 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | 21 | - | - | 45.268 | - | - | - | - | (45.268) | - | - |
| Reserva de incentivos fiscais | 21 | - | - | - | - | 24.701 | - | - | (24.701) | - | - |
| Dividendos adicional proposto | 21 | - | - | - | - | - | 835.391 | (218.153) | (617.238) | - | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 21 | - | - | - | - | - | - | - | (218.153) | - | (218.153) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2014** | | **3.403.344** | **5.792** | **348.723** | **1.239** | **42.366** | **835.391** | **252.008** | - | **126.873** | **5.015.735** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BR TRANSPETRO

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

# Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

**Em milhares de reais, exceto quando mencionado**

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Petrobras Transporte S.A. – Transpetro ("Companhia" ou "Transpetro") foi constituída em 12 de junho de 1998, como controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e tem por objeto social as operações de transporte e armazenagem de granéis, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais ou embarcações, próprias ou de terceiros, e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal; o transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fins; a construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritária ou minoritariamente; a participação em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas. Atualmente, 99% das operações comerciais da Companhia são realizadas com as Empresas do Sistema Petrobras.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 29 de abril de 2015, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

### 2. "OPERAÇÃO LAVA JATO" E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Com base em metodologia desenvolvida em conjunto com a Controladora, a Companhia reconheceu, no terceiro trimestre de 2014, uma baixa no montante de R$ 256.664 de gastos capitalizados referentes a valores pagos na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores. As premissas recebidas foram fundamentadas no histórico de fatos ocorridos no âmbito da Petrobras conforme relatado a seguir:

De acordo com depoimentos obtidos no âmbito de investigações criminais em andamento pelas autoridades brasileiras, que se tornaram públicos a partir de outubro de 2014, altos executivos da Petrobras entraram em conluio com empreiteiras, fornecedores e outros envolvidos para elaborar e implantar um esquema ilegal de cartel que, entre 2004 e abril de 2012, sistematicamente impôs gastos adicionais nas compras de ativos imobilizados pelas empresas do Sistema Petrobras. Dois ex-diretores e um ex-gerente executivo, que não trabalham para a Petrobras desde abril de 2012, estavam envolvidos nesse esquema de pagamentos indevidos e serão tratados a seguir como "ex-empregados da Petrobras". Os valores pagos adicionalmente pela Companhia foram utilizados pelas empreiteiras, fornecedores e intermediários agindo em nome dessas empresas para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados do Sistema Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. A Companhia não realizou nenhum pagamento indevido.

A Companhia acredita que, de acordo com o IAS 16, os valores que foram pagos a mais no âmbito do referido esquema de pagamentos indevidos não deveriam ter sido incluídos no custo histórico do seu ativo imobilizado. Contudo, a Companhia não consegue identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Companhia adotou metodologia desenvolvida em conjunto com a Petrobras para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos no âmbito do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas a serem realizadas, representando em quanto seus ativos estão superavaliados como resultado dos gastos adicionais impostos por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos. As circunstâncias e a metodologia utilizada são descritas a seguir.

**Histórico**

Em 2009, a Polícia Federal brasileira deflagrou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

Ao longo de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores do Sistema Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados do Sistema Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à Petrobras, o referido esquema envolvia um conjunto de 27 empresas que, entre janeiro de 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel, obtendo contratos com empresas do Sistema Petrobras e impondo gastos adicionais nestes contratos, que eram utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Este esquema será tratado como "esquema de pagamentos indevidos" e as referidas empresas como "membros do cartel".

Em conexão com a investigação do esquema de pagamentos indevidos, em março de 2014, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, foi preso e, posteriormente, denunciado por lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros ex-executivos da Petrobras, incluindo Renato de Souza Duque (ex-diretor de Serviços), Nestor Cerveró (ex-diretor da área internacional) e Pedro José Barusco Filho (ex-gerente executivo da área de serviços), bem como ex-executivos de empreiteiras e empresas fornecedoras de bens e serviços para o Sistema Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.

Quando a Companhia divulgou suas demonstrações contábeis anuais de 2013, não havia evidências disponíveis sobre as investigações da "Operação Lava Jato" que pudessem ter modificado as conclusões da Companhia com relação ao fato de que aquelas demonstrações representavam adequadamente sua situação patrimonial e a existência do esquema de pagamentos indevidos não havia sido tornada pública.

**Fontes de informação disponíveis para a Companhia**

Em 8 de outubro de 2014, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, prestaram depoimento perante a 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, descrevendo o esquema de pagamentos indevidos. Desde então, depoimentos de diversos participantes do esquema de pagamentos indevidos que firmaram acordos de colaboração premiada com as autoridades brasileiras foram tornados públicos. O entendimento do Sistema Petrobras sobre o esquema de pagamentos indevidos e a metodologia adotada para mensuração do seu impacto são baseados nesses depoimentos, os quais incluem o depoimento completo de dois dos ex-empregados da Petrobras (Paulo Roberto Costa e Pedro José Barusco Filho), o depoimento completo de dois indivíduos que atuaram como intermediários no esquema de pagamentos indevidos (Alberto Youssef e Julio Gerin de Almeida Camargo), partes do depoimento de outro indivíduo que atuou como intermediário no esquema de pagamentos indevidos (Shinko Nakandakari) e o depoimento completo de um representante de uma das empreiteiras (Augusto Ribeiro de Mendonça Neto).

O Ministério Público Federal (de posse das informações completas da investigação) ajuizou ações de improbidade administrativa em 20 de fevereiro de 2015 contra cinco empresas membro do cartel, fundamentadas na existência do esquema de pagamentos indevidos e utilizando como base a mesma metodologia utilizada pelo Sistema Petrobras para mensurar os danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos.

As informações disponíveis para a Companhia são, de maneira geral, consistentes com relação à existência do esquema de pagamentos indevidos, às empresas envolvidas, aos ex-empregados da Petrobras envolvidos, ao período durante o qual o esquema operou, além dos valores máximos envolvidos no esquema de pagamentos indevidos em relação ao valor total dos contratos impactados pelo esquema.

Outras informações obtidas no curso das investigações da Lava Jato, incluindo uma parte do depoimento de Shinko Nakandakari não foram tornadas públicas. Contudo, a Companhia acredita que, no presente momento, o risco de surgirem novas informações que modifiquem de forma relevante os fatos já conhecidos ou que impactem de forma material os ajustes realizados é baixo. Essa convicção se baseia fortemente no fato que, uma vez que um volume significativo de informações se tornou público, não é provável que as autoridades brasileiras (que possuem todas as informações provenientes das investigações em mãos) mantivessem em sigilo informações contraditórias (sendo importante ressaltar que as autoridades utilizaram a mesma metodologia para mensurar os danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos em processos cíveis e criminais já instaurados) e que há um significativo grau de consistência entre as afirmações feitas por pessoas envolvidas no esquema em diferentes posições e com diferentes motivações, incluindo dois dos ex-empregados da Petrobras, supostos intermediários do esquema de pagamentos indevidos e representantes de fornecedores e empreiteiras.

**2.1. Descrição do esquema de pagamentos indevidos e dos impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.**

A seguir será discutida a necessidade de ajustar os valores de determinados ativos imobilizados em função dos impactos do esquema de pagamentos indevidos, bem como a impraticabilidade de identificar os valores de pagamentos indevidos, vincular os gastos adicionais cobrados pelas empreiteiras e fornecedores a pagamentos específicos no âmbito de cada contrato ou quantificar o valor exato dos gastos adicionais incorridos a ser corrigido. Também é discutida a metodologia adotada pela Companhia para baixar valores capitalizados que representam gastos adicionais incorridos na aquisição de ativos imobilizados.

**2.1.1 O esquema de pagamentos indevidos e a necessidade de ajustar o valor contábil de determinados ativos imobilizados**

De acordo com as informações disponíveis à Companhia descritas acima, no esquema de pagamentos indevidos, diversas empreiteiras e fornecedores se organizaram em conluio com ex-empregados do Sistema Petrobras para impor gastos adicionais no âmbito de contratos para a construção de ativos e fornecimento de bens e serviços à Companhia e utilizaram os valores pagos a mais pela Companhia para fazer pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos em exercício e outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, além de ex-empregados do Sistema Petrobras.

**2.1.2 Impraticabilidade de quantificar o valor exato no qual os ativos estão superavaliados e os períodos a serem corrigidos**

Identificar a data e o montante exatos dos gastos adicionais impostos por fornecedores e empreiteiras à Companhia é impraticável em função das limitações descritas a seguir:

- As informações disponíveis para a Petrobras, através dos depoimentos, identificam apenas as empresas envolvidas no esquema de pagamentos indevidos e o período de tempo em que o esquema funcionou, porém não especificam todos os contratos alvo dos atos ilícitos, os pagamentos específicos realizados no âmbito dos contratos e que incorporavam gastos adicionais, bem como os períodos em que os pagamentos incorporando gastos adicionais foram feitos.
- A Companhia não fez qualquer desses pagamentos indevidos. Como eles foram feitos por empreiteiras e fornecedores, os valores exatos que foram gastos adicionalmente pela Companhia e usados para financiar pagamentos indevidos não podem ser identificados. Informações que determinem o montante que foi cobrado adicionalmente pelos membros do cartel não se encontram nos registros contábeis da Companhia, que refletem integralmente os termos dos contratos assinados por ela junto a seus fornecedores. Estes contratos tiveram seus preços elevados em função da atuação em conluio dos membros do cartel e ex-empregados da Petrobras acima indicados. Como a Companhia não consegue identificar o montante de gastos adicionais incluídos em cada pagamento no âmbito dos contratos de fornecimento ou o período específico em que os gastos adicionais ocorreram, não é possível determinar o período em que o ativo imobilizado deveria ser ajustado.
- Estes contratos tiveram seus preços elevados em função da atuação em conluio dos membros do cartel e ex-empregados da Petrobras. Como a Companhia não consegue identificar o montante de gastos adicionais incluídos em cada pagamento no âmbito dos contratos de fornecimento ou o período específico em que os gastos adicionais ocorreram, não é possível determinar o período em que o ativo imobilizado deveria ser ajustado.
- Dois escritórios de advocacia estão conduzindo uma investigação interna independente que provavelmente terá duração superior a um ano e não se espera que apresente informações quantitativas cuja natureza seja abrangente suficiente para embasar um ajuste nas demonstrações contábeis. Isso ocorre, pois, as informações disponíveis aos investigadores são limitadas às informações internas do Sistema Petrobras e, dessa forma, não será possível identificar informações específicas sobre o montante que foi cobrado adicionalmente da Companhia. Como as supostas atividades de lavagem de dinheiro tinham o intuito de ocultar a origem dos recursos e o montante envolvido, não se espera a existência de registros específicos dessas atividades.
- As investigações em curso pelas autoridades brasileiras têm como foco determinar a responsabilidade penal dos réus e não de obter de forma detalhada o montante exato dos gastos adicionais que foram cobrados das empresas do Sistema Petrobras, pelos membros do cartel ou os valores utilizados para fazer os pagamentos indevidos. Além disso, o processo de investigação e avaliação de todas as provas e alegações pode durar vários anos.
- As autoridades brasileiras instauraram ações contra as empreiteiras e fornecedores e seus respectivos representantes nas quais buscam reparação por improbidade administrativa. Nessas ações, as autoridades aplicaram o percentual de 3% aplicado sobre o valor dos contratos com as empreiteiras e fornecedores para mensurar os danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos, de forma consistente com a metodologia utilizada pela Companhia para contabilizar os impactos. No escopo dessas ações também não é esperado que se produza um detalhamento completo de todos os pagamentos indevidos, mesmo considerando o longo período de tempo que as investigações conduzidas pelas autoridades brasileiras podem levar. Adicionalmente, a legislação brasileira não permite acesso a registros e documentos internos dos fornecedores em ações cíveis e, portanto, não é esperado que estas ações produzam novas informações com relação àquelas obtidas nas investigações e ações criminais.

Conforme descrito anteriormente, a despeito das limitações citadas, o conjunto de informações disponíveis para a Companhia é, de maneira geral, consistente com relação aos agentes e empresas envolvidos no esquema, o período durante o qual operou, além do percentual de gastos adicionais aplicado pelos fornecedores sobre o valor total dos contratos no escopo do esquema para financiar pagamentos indevidos e utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos.

**2.1.3 Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais**

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos a Petrobras utilizou todo o conjunto de informações disponíveis (descrito anteriormente) para quantificar o impacto do esquema de pagamentos indevidos.

Quando a Petrobras divulgou suas demonstrações contábeis intermediárias do terceiro trimestre de 2014, não revisadas pelos auditores independentes, ainda não tinha informações com suficiente robustez para embasar os ajustes em suas demonstrações contábeis. Isso ocorreu em função de diversos documentos, cuja existência era de conhecimento da Petrobras, porém ainda não haviam sido tornados públicos, com destaque para os depoimentos realizados no âmbito dos acordos de colaboração premiada de Pedro José Barusco Filho, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef.

A partir de 28 de janeiro de 2015, evidências adicionais relevantes foram tornadas públicas, corroborando e amplificando as informações anteriormente disponíveis:

- Depoimentos de Pedro José Barusco Filho;
- Depoimentos prestados no âmbito do acordo de colaboração de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, que estavam mantidos em sigilo;
- Uma parte dos depoimentos de Shinko Nakandakari;
- O Ministério Público Federal instaurou ações de improbidade administrativa contra os membros do cartel pelos danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos.
- O Ministério Público Federal instaurou outras ações criminais contra indivíduos envolvidos no esquema de pagamentos indevidos, como representantes das empreiteiras, intermediários ou ex-empregados da Petrobras.
- Acordo de leniência da empresa Setal Engenharia e Construções, participante do cartel, com as autoridades brasileiras.

Os valores pagos no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da Companhia. No entanto, a Administração entende que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas que representa gastos adicionais incorridos no âmbito do esquema de pagamentos indevidos não deveria ter sido capitalizada.

Os depoimentos identificaram 27 (vinte e sete) membros do cartel (fornecedores e empreiteiras brasileiras que pertenceriam ao esquema).

Com relação ao período de atuação do cartel, os depoimentos esclarecem que o esquema de pagamentos indevidos teria ocorrido entre 2004 e abril de 2012. A Companhia também avaliou a possibilidade de o esquema ter impactado períodos anteriores a 2004. No entanto, além dos depoimentos não sugerirem que o esquema acontecesse antes de 2004, o impacto de eventuais valores adicionais cobrados na aquisição de bens e serviços anteriormente a 2004 não seria material, uma vez que a maior parte do saldo atual do ativo imobilizado da Companhia foi construída entre 2004 e 2014 (o saldo do ativo imobilizado era de R$ 907.291 em 31 de dezembro de 2003) e que os ativos existentes em 2003 estão substancialmente depreciados em 2014.

Em suma, com base nas informações descritas anteriormente, a Companhia concluiu que a parcela dos custos incorridos na construção de seus ativos imobilizados como resultado da atuação de empreiteiras e fornecedores no cartel para cobrar valores adicionais e utilizar esses valores para realizar pagamentos indevidos não deveria ter sido capitalizada. A fim de contabilizar o impacto dos referidos gastos adicionais, foi desenvolvida uma metodologia para estimar o ajuste que deveria ser feito no ativo imobilizado, que envolve os cinco passos descritos a seguir:

1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as Companhias citadas como membros do cartel nos depoimentos tornados públicos e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.
2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.
3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes identificadas no passo (1) durante o período identificado no passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais eles se relacionam.
4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos identificados no passo (3).
5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos identificados no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total destes contratos.

O cálculo considerou todos os valores lançados nos registros contábeis da Companhia entre 2004 e setembro de 2014, referentes aos contratos inicialmente firmados entre janeiro de 2004 e abril de 2012, bem como quaisquer aditivos firmados entre as empresas do sistema Petrobras e os membros do cartel (individualmente ou em consórcio). Esse escopo amplo de contratos foi adotado para gerar a melhor estimativa dos gastos adicionais mesmo não havendo evidência de que todos os contratos assinados com as empresas em questão tivessem sido alvo do esquema de pagamentos indevidos.

A Companhia possui diversos projetos em construção cujo contrato original foi assinado entre 2004 e abril de 2012. A abordagem adotada para realizar os ajustes considera que os valores cobrados adicionalmente pelas empreiteiras e fornecedores foram aplicados sobre o valor total do contrato, ou seja, incluindo pagamentos que ainda serão incorridos em períodos futuros. Como é impraticável alocar os gastos adicionais impostos por essas empresas a períodos específicos no tempo, a parcela de gastos adicionais referentes a pagamentos que serão realizados no futuro pela Companhia já pode ter sido cobrada antecipadamente. Dessa forma, a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente incorpora o valor total dos contratos assinados e não apenas os valores referentes a pagamentos já efetuados. Contudo, conforme mencionado anteriormente, com base nas informações disponíveis, a Companhia acredita que a atuação do cartel tenha sido interrompida após abril de 2012 e que, considerando os andamentos recentes das investigações criminais, os pagamentos indevidos relacionados ao esquema de pagamentos indevidos tenham sido interrompidos.

A Companhia considera ter adotado uma metodologia que produz a melhor estimativa de quanto seus ativos imobilizados estão superavaliados como resultado do esquema de pagamentos indevidos, uma vez que utilizou como base um valor limítrofe dentre as estimativas consideradas razoáveis. Em sua estimativa, a Companhia considerou que todos os contratos com as contrapartes identificadas foram impactados e o percentual de 3% representa os valores adicionais impostos pelas empreiteiras e fornecedores, utilizados por essas empresas para realizar pagamentos indevidos.

Além das baixas no ativo imobilizado, os impactos no resultado do período incluem a baixa de créditos fiscais existentes e uma provisão para os créditos já utilizados com relação aos ativos em questão, além da reversão de parte da depreciação dos referidos ativos, a partir de suas respectivas datas de entrada em operação.

Conforme indicado anteriormente, os depoimentos não fornecem informações suficientes para permitir que a Companhia determine o período específico no qual cada valor gasto adicionalmente foi incorrido. Dessa forma, a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente foi reconhecida no resultado do terceiro trimestre de 2014 em função da impraticabilidade de se determinar os efeitos específicos em cada período no passado. A Companhia acredita que essa abordagem é a mais adequada no âmbito dos padrões internacionais de contabilidade (IFRS) para a correção do erro.

Além disso, a Companhia avaliou, através de duas hipóteses, a materialidade do impacto do esquema de pagamentos indevidos em informações financeiras de períodos anteriores que são apresentadas para fins comparativos. Uma das hipóteses foi considerar que a alocação dos gastos adicionais impostos pelos fornecedores tivesse sido ao longo do tempo e, consequentemente, capitalizada, na mesma proporção em que a Companhia pagou os valores no âmbito dos contratos impactados, ou seja, como se ocorressem em uma base *pro rata*. A outra hipótese foi considerar que os pagamentos indevidos fossem realizados de forma integral no momento em que os contratos foram assinados. Em nenhum dos casos, realizar a baixa dos gastos adicionais capitalizados indevidamente impactaria de forma material os períodos anteriores apresentados para fins comparativos.

A Companhia ainda não recuperou nenhum valor referente aos pagamentos indevidos feitos por fornecedores e não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável nesse momento. Qualquer valor recuperável será reconhecido como resultado quando recebido (ou quando sua realização se tornar praticamente certa).

A Companhia acredita que os valores que foram pagos a mais em decorrência do referido esquema de pagamento indevidos não deveriam ter sido incluídos no custo histórico do seu ativo imobilizado. Assim, nos termos da legislação tributária brasileira, esta baixa é considerada uma perda resultante de uma atividade ilícita e sujeita ao andamento das investigações a fim de determinar a extensão real das perdas antes que possam ser consideradas despesas dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social.

Como resultado, em 30 de setembro de 2014, não era possível para a Companhia estimar os valores que poderiam ser considerados como despesas dedutíveis ou o prazo em que poderiam ser compensados. Desta Forma, não foi constituído imposto de renda diferido sobre os pagamentos indevidos.

A Companhia considerou cuidadosamente todas as informações disponíveis e, conforme indicado anteriormente, não acredita que novas informações oriundas das investigações pelas autoridades brasileiras, da investigação interna independente por escritórios de advocacia, ou de novas comissões internas de apuração que venham a ser constituídas (ou revisões das comissões internas já concluídas) poderão impactar ou mudar de forma relevante a metodologia adotada. Não obstante esta expectativa, a Companhia monitorará continuamente as investigações para obter informações adicionais e avaliará seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

O efeito total dos ajustes apurados, conforme descrito acima, por Área de Negócio, é apresentado a seguir:

| "Baixa de custos capitalizados indevidamente" | Transporte Marítimo | Terminais e Oleodutos | Valor Total |
|---|---|---|---|
| Esquema de pagamentos: | | | |
| Valor total dos contratos | 7.297.695 | 1.600.606 | 8.898.301 |
| **Estimativa do valor total de gastos adicionais (3%)** | **218.931** | **48.018** | **266.949** |
| - Estimativa do valor total de gastos adicionais sem o crédito fiscal | 216.020 | 47.235 | 263.255 |
| - Baixa de créditos fiscais referentes aos ativos afetados | 2.911 | 783 | 3.694 |
| Reversão da depreciação dos referidos ativos | (1.575) | (8.710) | (10.285) |
| **Efeito dos ajustes** | **217.356** | **39.308** | **256.664** |

TRANSPETRO

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

# Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis no Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 4.

**(a) Demonstrações contábeis consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas da Transpetro e suas controladas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board*- IASB.

**(b) Demonstrações contábeis individuais**

As demonstrações contábeis individuais da Transpetro foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As demonstrações contábeis individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

**(c) Demonstração do Valor Adicionado**

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

### 3.2. Consolidação

A companhia é detentora de 100% do capital social da Fronape International Company - FIC e Transpetro International BV – TIBV. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

### 3.3. Conversão de moeda estrangeira

**a) Moeda funcional**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Transpetro e suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual essas empresas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

**b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores, contas a receber e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

**c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente**

Os resultados e a posição financeira das controladas (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no resultado abrangente e apresentadas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

### 3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

### 3.5. Instrumentos financeiros

#### 3.5.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, da dívida de curto prazo, bem como de demais ativos e passivos de longo prazo são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

#### 3.5.2 Reconhecimento e mensuração

Instrumentos financeiros não derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, arrendamentos a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, classificado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são classificados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

#### 3.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

#### 3.5.4 *Impairment* de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

### 3.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Estes valores são apresentados líquidos da respectiva provisão para devedores duvidosos, que é constituída para os valores de terceiros, vencidos há mais de 180 dias, para os quais não haja expectativa clara de recebimento.

### 3.7. Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção das operações da Companhia são apresentados ao custo médio de aquisição, que não excedem os valores de mercado e/ou de reposição.

### 3.8. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo, e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

### 3.9. Demais ativos circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e cambiais, quando aplicável.

### 3.10. Investimento em controladas

A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, baseada no patrimônio líquido expresso em dólares norte-americanos, convertidos para reais com base nas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2014. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial.

### 3.11. Ativos classificados como mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa.

Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

### 3.12. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação e é depreciado pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa 16, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido.

Os ativos incluem os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, despesas imputáveis à aquisição e perdas por não recuperação do ativo.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício social.

Os gastos relevantes com manutenção dos ativos relevantes (ex. navios), incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios da campanha até a próxima manutenção relevante.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, no resultado, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

As benfeitorias em bens de terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade da Petrobras, mantidos pela Transpetro para uso na operação. Tais benfeitorias aumentam o uso do bem para campanha adicional e foram contabilizados da seguinte forma:

- Benfeitorias cujas obras foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Benfeitoria em Bens de Terceiros".
- Benfeitorias cujas obras ainda não foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Obras em Andamento".

### 3.13. Arrendamento mercantil

A Companhia classifica seus contratos como arrendamentos mercantis financeiros ou operacionais com base na substância do contrato, independentemente de sua forma. Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. A substância econômica dos bens é reconhecida no imobilizado, com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo, é depreciada pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanece com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos reconhecidos como despesa na demonstração de resultados pelo prazo de vigência do contrato.

### 3.14. Redução ao valor recuperável (ativos não financeiros)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro-rata.

### 3.15. Fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

### 3.16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

### 3.17. Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

### 3.18. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado; é provável que um recurso econômico seja necessário para liquidar a obrigação e; o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos seja possível, inclusive aqueles cujos valores não possam se estimados.

### 3.19. Benefícios pós-emprego a funcionários

#### 3.19.1 Plano de contribuição variável (Plano Petros 2)

Em 2011 a Transpetro aderiu ao Plano Petros 2 na modalidade de contribuição mista. Nesse plano a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposto a menos riscos.

No Plano Petros 2 o benefício é desvinculado do INSS, o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da Previdência Oficial. A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo com renda vitalícia.

A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, consequentemente, sua renda futura de aposentadoria.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

#### 3.19.2 Plano de saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A partir de 2014, a Transpetro aderiu ao plano de assistência médica (AMS) para todos os empregados (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

### 3.20. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

### 3.21. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

### 3.22. Participação nos lucros

É reconhecido um passivo e uma despesa referente a participação dos empregados nos lucros e resultados.

### 3.23. Capital Social

As ações ordinárias nominativas estão representadas no patrimônio líquido (Nota 21(a)).

BR TRANSPETRO

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

# Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

**3.24. Reconhecimento de receita**

As receitas são reconhecidas com base nos períodos em que as embarcações estão à disposição da Petrobras e nos volumes de petróleo, derivados e de gás em geral transportados, e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os bens ou os serviços são entregues (ii) o valor pode ser mensurado com segurança, (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

**3.24.1 Venda de serviços - Transporte marítimo**

Tem como principal atividade a operação de embarcações para atendimento à logística da Controladora e o reconhecimento de sua receita ocorre pela disponibilidade diária por embarcação.

**3.24.2 Venda de serviços - Oleodutos e terminais**

Tem como principal serviço a movimentação de líquidos nos terminais aquaviários, terrestres e oleodutos e o reconhecimento de sua receita ocorre pela medição dos volumes de petróleo e derivados movimentados.

**3.24.3 Venda de serviços – Gasodutos**

Tem como principal serviço a atuação no processamento de gás e na operação e manutenção dos gasodutos. Sua receita se dá por Km de gasodutos sob o contrato de operação e manutenção e, também, pela operação e manutenção da planta de processamento de gás de Cabiúnas.

**3.24.4 Receita Financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

**3.24.5 Receita de dividendos**

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

**3.25. Distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

A distribuição de dividendos ou juros sobre Capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia (Nota 21(c)). Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é distribuído e reconhecido como passivo na data em que for aprovado pelo Conselho de Administração.

**3.26. Reapresentação das cifras comparativas**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os seguintes ajustes relativos aos exercícios anteriores foram registrados pela Companhia. Como resultado, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2013 e 01 de janeiro de 2013 foram ajustadas e estão sendo reapresentadas para fins de comparação:

1) Retificação de erro no cálculo da provisão de férias de anos anteriores, gerando acréscimo na obrigação, no montante de R$ 92.786 (R$ 65.628, líquido de impostos), sendo (R$ 1.232) ((R$ 845), líquido de impostos) ajustados em 31 de dezembro de 2013 e R$ 94.018 (R$ 66.473, líquido de impostos) no saldo de abertura, ou seja, em 1º de janeiro de 2013.

2) Reconhecimento de gastos pela utilização de estrutura compartilhada do Sistema Petrobras em anos anteriores e não repassados pela controladora no montante de R$ 107.243 (R$ 97.015, líquido de impostos), sendo R$ 22.426 (R$ 14.802, líquido de impostos) ajustados em 31 de dezembro de 2013 e R$ 84.817 (R$ 82.213, líquido de impostos) no saldo de abertura, ou seja, em 1º de janeiro de 2013.

Os ajustes impactaram o patrimônio líquido da Companhia em R$ 162.642, sendo R$ 13.957 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e R$ 148.685 ajustados no patrimônio líquido do saldo de abertura, conforme demonstrado a seguir:

| | 31 de dezembro de 2013 Controladora | | | 1º de janeiro de 2013 Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Balanço patrimonial** | **Original** | **Ajuste** | **Representado** | **Original** | **Ajuste** | **Representado** |
| Ativo | | | | | | |
| Circulante | 1.949.005 | 37.387 | 1.986.392 | 1.367.231 | 30.149 | 1.397.380 |
| Impostos a recuperar | 159.703 | 37.387 | 197.090 | 38.168 | 30.149 | 68.317 |
| Não circulante | 6.160.505 | - | 6.160.505 | 4.868.868 | - | 4.868.868 |
| Total do ativo | 8.109.510 | 37.387 | 8.146.897 | 6.236.099 | 30.149 | 6.266.248 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | | |
| Circulante | 1.058.904 | 200.029 | 1.258.933 | 887.915 | 178.835 | 1.066.750 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | 188.602 | 107.243 | 295.845 | 151.769 | 84.817 | 236.586 |
| Salários, benefícios e encargos sociais a recolher | 68.960 | 92.786 | 161.746 | 23.854 | 94.018 | 117.872 |
| Não circulante | 2.218.180 | - | 2.218.180 | 1.442.416 | - | 1.442.416 |
| Patrimônio líquido | 4.832.426 | (162.642) | 4.669.784 | 3.905.768 | (148.685) | 3.757.083 |
| Reservas de lucros | 1.501.313 | (162.642) | 1.338.671 | 953.018 | (148.685) | 804.333 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 8.109.510 | 37.387 | 8.146.897 | 6.236.099 | 30.149 | 6.266.248 |

| | 31 de dezembro de 2013 Consolidado | | | 1º de janeiro de 2013 Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Balanço patrimonial** | **Original** | **Ajuste** | **Representado** | **Original** | **Ajuste** | **Representado** |
| Ativo | | | | | | |
| Circulante | 2.303.545 | 37.387 | 2.340.932 | 1.557.214 | 30.149 | 1.587.363 |
| Impostos a recuperar | 159.840 | 37.387 | 197.227 | 38.414 | 30.149 | 68.563 |
| Não circulante | 5.880.523 | - | 5.880.523 | 4.707.716 | - | 4.707.716 |
| Total do ativo | 8.184.068 | 37.387 | 8.221.455 | 6.264.930 | 30.149 | 6.295.079 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | | |
| Circulante | 1.133.462 | 200.029 | 1.333.491 | 916.746 | 178.835 | 1.095.581 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | 260.624 | 107.243 | 367.867 | 163.848 | 84.817 | 248.665 |
| Salários, benefícios e encargos sociais a recolher | 69.010 | 92.786 | 161.796 | 23.871 | 94.018 | 117.889 |
| Não circulante | 2.218.180 | - | 2.218.180 | 1.442.416 | - | 1.442.416 |
| Patrimônio líquido | 4.832.426 | (162.642) | 4.669.784 | 3.905.768 | (148.685) | 3.757.083 |
| Reservas de lucros | 1.501.313 | (162.642) | 1.338.671 | 953.018 | (148.685) | 804.333 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 8.184.068 | 37.387 | 8.221.455 | 6.264.930 | 30.149 | 6.295.079 |

| | Controladora 31 de dezembro de 2013 | | | Consolidado 31 de dezembro de 2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Demonstração do resultado** | **Original** | **Ajuste** | **Representado** | **Original** | **Ajuste** | **Representado** |
| Custo dos serviços prestados | (3.688.860) | (21.195) | (3.710.055) | (4.380.584) | (21.195) | (4.401.779) |
| Outras Despesas Operacionais | (24.083) | 24 | (24.059) | (24.083) | 24 | (24.059) |
| Imposto de Renda | (239.344) | 5.306 | (234.038) | (240.420) | 5.306 | (235.114) |
| Contribuição Social | (88.991) | 1.908 | (87.083) | (88.991) | 1.908 | (87.083) |
| Lucro líquido do exercício | 924.461 | (13.957) | 910.504 | 924.461 | (13.957) | 910.504 |
| Lucro básico por ação | 0,29 | - 0,01 | 0,28 | - | - | - |
| Lucro diluído por ação | 0,29 | - 0,01 | 0,28 | - | - | - |

| | Controladora 31 de dezembro de 2013 | | | Consolidado 31 de dezembro de 2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Demonstração dos fluxos de caixa** | **Original** | **Ajuste** | **Representado** | **Original** | **Ajuste** | **Representado** |
| Lucro líquido do exercício | 924.461 | (13.957) | 910.504 | 924.461 | (13.957) | 910.504 |
| Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições de CP e LP | (2.448) | (7.238) | (9.686) | (4.417) | (7.238) | (11.655) |
| Aumento (redução) de salários, férias e encargos | 39.655 | (1.232) | 38.423 | 39.688 | (1.232) | 38.456 |
| Aumento (redução) de operações de CP e LP com emp. do sistema - contas a pagar | 36.834 | 22.427 | 59.261 | 96.776 | 22.427 | 119.203 |
| Recursos líquidos provenientes da atividade operacional | **1.183.032** | **-** | **1.183.032** | **1.358.355** | **-** | **1.358.355** |
| Recursos líquidos provenientes da atividade de financiamento | **180.613** | **-** | **180.613** | **180.613** | **-** | **180.613** |
| Recursos líquidos aplicados na atividade de investimento | **(1.046.071)** | **-** | **(1.046.071)** | **(1.084.873)** | **-** | **(1.084.873)** |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | 317.574 | - | 317.574 | 454.095 | - | 454.095 |

| | Controladora 31 de dezembro de 2013 | | | Consolidado 31 de dezembro de 2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Demonstração do valor adicionado** | **Original** | **Ajuste** | **Representado** | **Original** | **Ajuste** | **Representado** |
| Energia, serviços de terceiros e outros | (1.912.248) | (22.427) | (1.934.675) | (1.951.574) | (22.427) | (1.974.001) |
| Pessoal e encargos | 740.127 | (1.232) | 738.895 | 740.136 | (1.232) | 738.904 |
| Impostos contribuições federais | 1.106.639 | (7.238) | 1.099.401 | 1.107.715 | (7.238) | 1.100.477 |
| Lucros retidos | 709.318 | (13.957) | 695.361 | 709.318 | (13.957) | 695.361 |
| Resultado do exercício | 924.461 | (13.957) | 910.504 | 924.461 | (13.957) | 910.504 |

**3.27. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

**a) IASB – International Accounting Standards Board**

Durante o exercício de 2014, a seguinte norma emitida pelo IASB entrou em vigor, e não impactou materialmente as demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRIC 21 - "Tributos". A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que especifica quando uma entidade deve reconhecer um tributo a pagar para o governo (exceto imposto de renda). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem a obrigação de pagar o tributo é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento do tributo.

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

| Norma | Exigências-chave | Data de vigência |
|---|---|---|
| Emenda ao IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas" e IAS 28 "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto" | Determinam que quando um ativo for vendido para, ou aportado em uma coligada ou em um empreendimento controlado em conjunto, e o ativo atende a definição de negócio (IFRS 3/CPC15), o ganho ou perda deve ser reconhecido integralmente pelo investidor (independentemente da participação de terceiros na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto). | 1º de janeiro de 2016 |
| IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes" | Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos. | 1º de janeiro de 2017 |
| IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" | Simplifica o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável. Institui novos requisitos relacionados a contabilidade de hedge. | 1º de janeiro de 2018 |

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Companhia está avaliando os impactos da aplicação em suas demonstrações contábeis consolidadas de exercícios futuros.

**b) Legislação tributária**

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que, dentre outras matérias:

- Revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- Regulamentou o tratamento dos efeitos da adoção das normas contábeis internacionais (IFRS) na apuração dos tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS).

Esta lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, exceto os arts. 3o, 72 a 75 e 93 a 119, que entraram em vigor na data de sua publicação.

A regulamentação desta Lei se deu por intermédio da Instrução Normativa nº 1.515, de 24 de novembro de 2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A Administração da Companhia optou pela aplicação das disposições contidas nos arts. 1º e 2º e 4º a 70 da Lei nº 12.973/2014, referentes à adoção do novo regime tributário, em substituição ao RTT, a partir do exercício de 2015. Dessa forma, não houve impactos nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2014.

Adicionalmente, não são esperados efeitos relevantes em relação à incidência tributária e nem impactos nas demonstrações contábeis consolidadas, a partir da aplicação dessa legislação para o exercício de 2015.

## 4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, sendo os possíveis efeitos da revisão reconhecidos no presente exercício e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados.

**4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas**

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão elencadas abaixo:

**(a) Contas a receber**

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na nota explicativa 3.6.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles, a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

**(b) Recuperação estimada de ativos imobilizado**

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros, para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os navios e os demais relacionados aos projetos de expansão do Programa de Modernização e Expansão da Frota - PROMEF.

A avaliação do *impairment* dos ativos imobilizado exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos navios, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

As premissas utilizadas para fins de avaliação de *impairment* estão apresentadas de forma detalhada na nota explicativa 16.

**(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro. As informações sobre premissas e estimativas utilizadas foram apresentadas na nota explicativa 13.

**(d) Provisão para contingências**

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, ambientais e cíveis. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa 18. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

**(e) Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)**

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, que utilizam uma série de premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada no fim de cada exercício. Essa taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações dos planos de pensão.

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.

Essas e outras premissas importantes (estimativas demográficas e econômicas, estimativas de custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários) são utilizadas para a determinação do cálculo atuarial, sendo revisadas anualmente pelo atuário independente. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa 19.

**(f) Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente**

As premissas utilizadas para o cálculo da referida baixa estão detalhados na nota 2.

## 5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

**5.1. Fatores de risco financeiro**

- **Visão geral**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de valor justo, risco de taxa de juros e de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Demonstramos a seguir breve esclarecimento sobre a estrutura do gerenciamento de risco e informações sobre a exposição da Companhia.

A Transpetro utiliza a Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras, que tem por objetivo estabelecer os princípios que nortearão as Empresas do Sistema na gestão dos seus controles internos, de forma a exercê-la com excelência e contribuindo com a redução de custos e a mitigação de riscos empresariais relevantes, de natureza estratégica (governança e modelo de negócio), financeira (crédito, mercado e liquidez), operacional (processo, pessoal, informação, tecnologia e meio ambiente) ou de conformidade ("compliance"), garantindo a integridade dos dados utilizados na tomada de decisões de negócios, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros, em atendimento aos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente.

Mantendo compromisso com a manutenção de elevados níveis de governança corporativa a Transpetro preocupa-se com a transparência, a credibilidade, a sinergia e a integração de seu sistema de controles internos para o atendimento de requisitos estratégicos, financeiros, regulatórios e legais, inclusive aqueles exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley (SOx) ao Sistema Petrobras, visando, entre outros aspectos, garantir o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações. Para auxiliar este processo implementou, em 2010, ferramenta específica que efetua análise de risco no processo de criação e concessão de perfis de acesso, o GRC-AC (Governance, Risk and Compliance - Access Control).

**(a) Risco de crédito**

Conforme descrito no contexto operacional da Companhia, 99% das operações são efetuadas com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras. A Administração não espera haver exposição ao risco de créditos decorrentes dessas operações.

**(b) Risco de taxa de juros**

O risco da taxa de juros ao qual a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Considerando um possível aumento das taxas de juros do mercado, as despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos aumentariam e, consequentemente, seria observado o impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da Companhia. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2014 as dívidas mantidas pela Companhia estão sujeitas, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

TRANSPETRO

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

# Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

**(c) Risco cambial**

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior do Grupo é protegida, principalmente, pelo fato de 99% das operações com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras.

**(d) Análise de sensibilidade**

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto ao BNDES, Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal, atualizado pela TJLP que se manteve em aproximadamente 5,5% a.a. em 2014. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2014, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de aproximadamente R$ 40.546 e R$ 81.092 (R$ 27.819 e R$ 55.639 em 2013), respectivamente, considerando um possível aumento desta taxa.

**(e) Risco de liquidez**

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo federal e financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

| | Controladora | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | | | | |
| | Valor contábil | Até 1 ano | 1-2 anos | 2-5 anos | Mais que 5 anos |
| **Passivos financeiros** | | | | | |
| Partes relacionadas | 317.723 | 317.723 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos (i) | 2.948.812 | 271.693 | 311.181 | 990.854 | 3.440.705 |
| Fornecedores | 357.053 | 357.053 | - | - | - |

| | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2014 | | | | |
| | Valor contábil | Até 1 ano | 1-2 anos | 2-5 anos | Mais que 5 anos |
| **Passivos financeiros** | | | | | |
| Partes relacionadas | 379.181 | 379.181 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos (i) | 2.948.812 | 271.693 | 311.181 | 990.854 | 3.440.705 |
| Fornecedores | 391.887 | 391.887 | - | - | - |

(i) Os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos e parcelamentos. Estimativa de TJLP + 2,5% a.a.

As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração da Companhia.

A Administração entende não haver exposição significativa ao risco de liquidez uma vez que a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades indica que os recursos existentes são suficientes para cumprir suas obrigações financeiras de curto e longo prazo junto a terceiros, na data de seus vencimentos.

**5.2. Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser assim sumarizados:

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| | | Reapresetado (Nota 3.26) |
| Total dos empréstimos (Nota 30) | 2.948.812 | 2.225.547 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 8) | (1.084.801) | (774.583) |
| Dívida líquida | 1.864.011 | 1.450.964 |
| Total do patrimônio líquido | 5.015.735 | 4.669.784 |
| Total do capital | 6.879.746 | 6.120.748 |
| Índice de alavancagem financeira - % | 28 | 23 |

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| | | Reapresentado (Nota 3.26) |
| Total dos empréstimos (Nota 30) | 2.948.812 | 2.225.547 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 8) | (1.347.275) | (1.136.884) |
| Dívida líquida | 1.601.537 | 1.088.663 |
| Total do patrimônio líquido | 5.015.735 | 4.669.784 |
| Total do capital | 6.617.272 | 5.758.447 |
| Índice de alavancagem financeira - % | 25 | 19 |

**5.3. Estimativa do valor justo**

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo determinado com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo com o BNDES e o Banco do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2014, não difere significativamente de seu valor contábil. Conforme descrito na nota explicativa 30, estes empréstimos são considerados como empréstimos a valor de mercado, visto tratar-se de uma linha de crédito pública (embora específica ao segmento) e sem similaridade nacional no que se refere à disponibilidade de recursos. As taxas vigentes para contratação em 31 de dezembro de 2014 são as mesmas taxas contratadas pela Companhia para os empréstimos já existentes naquela data, de TJLP + 2,5%a.a. (nível II).

A hierarquia dos valores justos dos ativos financeiros registrados como títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante, correspondente aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras são classificados como de nível II por possuírem dados provenientes de mercado ativo (preço negociado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

**5.4. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

| Consolidado | 2014 | | |
|---|---|---|---|
| | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Outros passivos financeiros |
| **Ativos conforme balanço patrimonial** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.347.275 | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | - | 44.731 | - |
| Contas a receber de clientes e partes relacionadas, líquido | - | 1.053.313 | - |
| Demais ativos circulantes | - | 38.376 | - |
| **Passivos financeiros** | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 2.948.812 |
| Partes relacionadas | - | - | 379.181 |
| Fornecedores | - | - | 391.887 |
| Demais contas e despesas a pagar | - | - | 20.981 |

| | 2013 | | |
|---|---|---|---|
| | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Empréstimos e recebíveis | Outros passivos financeiros |
| **Ativos conforme balanço patrimonial** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.136.884 | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | - | 43.048 | - |
| Contas a receber de clientes e partes relacionadas, líquido | - | 817.627 | - |
| Demais ativos circulantes | - | 64.986 | - |
| **Passivos financeiros** | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 2.225.547 |
| Partes relacionadas | - | - | 367.869 |
| Fornecedores | - | - | 282.482 |
| Dividendos | - | - | 185.854 |
| Demais contas e despesas a pagar | - | - | 19.614 |

## 7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| **Contas a receber de clientes** | | | | |
| Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's) | | | | |
| Sistema Petrobras: **BBB -** | 1.048.735 | 866.769 | 1.034.418 | 809.321 |
| | **1.048.735** | **866.769** | **1.034.418** | **809.321** |
| Contrapartes sem classificação externa de crédito | 18.895 | 8.306 | 18.895 | 8.306 |
| | **18.895** | **8.306** | **18.895** | **8.306** |
| | **1.067.630** | **875.075** | **1.053.313** | **817.627** |
| **Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo** | | | | |
| Banco do Brasil: **BBB -** | 12.232 | 12.048 | 77.346 | 134.286 |
| Deutsche Bank: **BBB +** | 298 | 14 | 11.778 | 6.534 |
| | **12.530** | **12.062** | **89.124** | **140.820** |
| **Aplicações financeiras** | | | | |
| FIDC: **BBB - (*)** | 1.068.630 | 701.793 | 1.068.630 | 701.793 |
| Banco do Brasil: **BBB -** | - | - | 185.880 | 233.543 |
| | **1.068.630** | **701.793** | **1.254.510** | **935.336** |

## 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Caixa e numerários em trânsito | 3.641 | 60.728 | 3.641 | 60.728 |
| Conta corrente e depósito bancários de curto prazo | 12.530 | 12.062 | 89.124 | 140.820 |
| Aplicações financeiras - cotas do FIDC | 1.068.630 | 701.793 | 1.068.630 | 701.793 |
| Aplicações financeiras no exterior | - | - | 185.880 | 233.543 |
| | **1.084.801** | **774.583** | **1.347.275** | **1.136.884** |

O excedente de caixa da Controladora encontra-se aplicado no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras. Este fundo de investimento, administrado pelo Itaú Unibanco, é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não "performados" de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, e visa à otimização da gestão financeira do caixa da Petrobras e suas subsidiárias. Em 2014 a rentabilidade anual deste fundo foi de 10,81% (8,06% em 2013) equivalente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras efetuadas no exterior em dólar norte-americano, através da FIC - Fronape International Company e Transpetro International BV - TI BV, são administradas pelo Bank of America, Banco do Brasil New York e Deutsche Bank e rentabilizaram, em média, 0,66% em 2014 (0,50% em 2013).

A Companhia classificou seus fundos de investimentos como caixa e equivalentes de caixa por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um baixo risco de perda de valor.

## 9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores registrados em Títulos e Valores Mobiliários, representavam, em sua maioria, valores dados em garantia e bloqueios judiciais, tais como:

| | Controladora e consolidado | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| **Não circulante** | | |
| Bloqueios judiciais - FIDC (i) | 44.716 | 42.139 |
| Depósitos para incentivos fiscais - Reinvestimento | - | 894 |
| Outros | 15 | 15 |
| | 44.731 | 43.048 |

(i) Bloqueio de cotas financeiras aplicadas no fundo de investimento do sistema Petrobras - FIDC (vide nota 8) para fazer face às demandas judiciais mantidas pela Companhia.

## 10. CONTAS A RECEBER

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| **Clientes** | | | | |
| Terceiros | 23.343 | 12.757 | 23.343 | 12.757 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (4.448) | (4.451) | (4.448) | (4.451) |
| | 18.895 | 8.306 | 18.895 | 8.306 |
| Partes relacionadas (Nota 11) | 1.048.735 | 866.769 | 1.034.418 | 809.321 |
| | 1.067.630 | 875.075 | 1.053.313 | 817.627 |

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

| **Controladora e consolidado** | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro | (4.451) | (4.319) |
| Adições | (19) | (132) |
| Baixas | 22 | - |
| **Saldo em 31 de dezembro** | (4.448) | (4.451) |

## 11. PARTES RELACIONADAS

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

| | Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras | Transpetro Internacional BV | Petrobras Distribuidora S.A.-BR | TAG | Termomacaé energia | Logum Logística | Demais empresas | 2014 | 2013 Reapresentado (Nota 3.26) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Controladora** | | | | | | | | | |
| Receita bruta por prestação de serviços | 7.612.475 | - | 67.664 | 269.984 | - | - | 20 | 7.950.143 | 6.801.568 |
| Custo dos serviços prestados: | | | | | | | | | |
| - afretamento/arrendamento | (619.390) | - | - | - | - | - | - | (619.390) | (579.744) |
| - lubrificantes e outros | - | - | (12.120) | - | - | - | - | (12.120) | (18.582) |
| - Custo de pessoal cedido | (622.192) | - | - | - | - | - | - | (622.192) | (562.792) |
| Contas a receber, principalmente por prestação de serviços | 956.649 | 24.135 | 5.993 | 31.561 | - | 28.335 | 2.062 | 1.048.735 | 866.769 |
| Contas a pagar | (297.671) | (3.097) | (12.889) | - | (3.672) | - | (394) | (317.723) | (295.846) |
| **Consolidado** | | | | | | | | | |
| Receita bruta por prestação de serviços | 8.461.997 | - | 67.664 | 269.984 | - | - | 20 | 8.799.665 | 7.572.617 |
| Custo dos serviços prestados: | | | | | | | | | |
| - afretamento/arrendamento | (619.390) | - | - | - | - | - | - | (619.390) | (579.744) |
| - lubrificantes e outros | - | - | (12.120) | - | - | - | - | (12.120) | (18.582) |
| - Custo de pessoal cedido | (623.588) | - | - | - | - | - | - | (623.588) | (563.621) |
| Contas a receber, principalmente por prestação de serviços | 966.467 | - | 5.993 | 31.561 | - | 28.335 | 2.062 | 1.034.418 | 809.321 |
| Contas a pagar | (362.228) | - | (12.889) | - | (3.672) | - | (392) | (379.181) | (367.869) |

## 12. IMPOSTOS A RECUPERAR

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| | | (Reapresentado) |
| ICMS | 1.528 | 103 |
| Imposto de renda e contribuição social (i) | 48.084 | 70.036 |
| COFINS (i) | 52.122 | 50.680 |
| PIS (i) | 11.790 | 9.168 |
| INSS (ii) | 25.212 | 23.077 |
| ISS | 1.118 | 4.688 |
| Imposto de renda e contribuição social – antecipações | 55.601 | 38.265 |
| Outros | 155 | 1.073 |
| | 195.610 | 197.090 |

(i) Os valores em 2014 de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro são originários, principalmente, das retenções determinadas pela Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003, que afetam todas as receitas oriundas da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Quanto ao PIS e Cofins, os créditos tributários decorrem, principalmente, da aquisição de ativos imobilizados.

(ii) O valor de INSS refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto, atualmente, pela IN RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009.

## 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre o Lucro são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os valores devedores líquidos registrados em 2014 nos montantes de R$ 4.689 e R$ 325 para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre o Lucro, respectivamente, (R$ 11.912 e R$ 5.931, credores, em 2013, respectivamente), foram constituídos com base nas diferenças temporárias. Os efeitos destes impostos foram integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| **Ativo não circulante** | | | | |
| Provisão para contingências | 55.731 | 16.184 | 55.731 | 16.184 |
| Provisão para devedores duvidosos | 4.448 | 4.451 | 4.448 | 4.451 |
| Provisão para despesas de pessoal | | 25.674 | | 25.674 |
| Provisão para PLR | 70.500 | 69.314 | 70.500 | 69.314 |
| Provisão para perda com incentivos fiscais (i) | 5.778 | 5.752 | 5.778 | 5.752 |
| Benefício Fiscal - PAT (ii) | 20.928 | 23.995 | 20.928 | 23.995 |
| Passivo atuarial - plano Petros 2 | 55.561 | 47.632 | 55.561 | 47.632 |
| **Passivo não circulante** | | | | |
| Diferença depreciação - revisão de vida útil de navios | (130.631) | (191.050) | (130.631) | (191.050) |
| Diferença depreciação - revisão de vida útil de braços de carregamento de Terminais | (42.969) | (33.599) | (42.969) | (33.599) |
| Diferença depreciação - revisão de vida útil de tanques e dutovia de Suape | (14.812) | (10.254) | (14.812) | (10.254) |
| Alíquota vigente - % | 34 | 34 | 34 | 34 |
| Impostos diferidos | 5.014 | (17.843) | 5.014 | (17.843) |

(i) Benefícios de incentivos fiscais dedutíveis somente para fins de contribuição social.

(ii) Benefícios de incentivos fiscais dedutíveis somente para fins de imposto de renda.

TRANSPETRO

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

# Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

Segue movimentação dos impostos diferidos durante o exercício:

| | Provisão contingências | Provisão devedores duvidosos | Provisão despesas de pessoal e PLR | Incentivos e benefícios fiscais | Passivo atuarial | Diferença vida útil | Leasing financeiro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo final 2012** | 7.427 | 1.468 | 21.919 | 5.948 | 9.938 | (50.451) | (1.274) | (5.024) |
| Resultado | (1.924) | 45 | 10.377 | 568 | 13.141 | (25.156) | 1.274 | (1.675) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | (18.983) | - | - | (18.983) |
| Outros (Nota 18.1.2) | - | - | - | - | 12.099 | (4.260) | - | 7.839 |
| **Saldo final 2013** | 5.503 | 1.513 | 32.296 | 6.516 | 16.195 | (79.867) | - | (17.843) |
| Resultado | 13.445 | - | (8.326) | (764) | 4.813 | 15.807 | - | 24.975 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | (2.118) | - | - | (2.118) |
| **Saldo final 2014** | 18.948 | 1.513 | 23.970 | 5.752 | 18.890 | (64.060) | - | 5.014 |

A administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final das contingências e eventos.

A reconciliação dos encargos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, apurados conforme as alíquotas nominais e os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios de 2014 e 2013 estão apresentados a seguir:

| | 2014 | 2013 (Reapresentado) |
|---|---|---|
| Lucro antes dos impostos e após a participação de empregados e administradores | 1.402.003 | 1.231.625 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%) | (476.681) | (418.753) |
| Juros sobre capital próprio | 74.172 | 66.387 |
| Adições/exclusões permanentes, líquidas | (62.948) | 7.340 |
| Incentivos fiscais | 8.398 | 8.315 |
| Benefício fiscal - Programa de Auxílio ao Trabalhador (PAT) | 11.535 | - |
| Ajuste Petros 2 (Nota 18.1.2) | - | (7.839) |
| AMS Ativos e Inativos | (81.411) | - |
| Participações em Controladas | 31.183 | 25.459 |
| Outros | (891) | (2.030) |
| Despesa com formação de provisões para imposto de renda e contribuição social | (496.643) | (321.121) |
| IR e CSLL correntes | (521.617) | (319.446) |
| IR e CSLL diferidos | 24.974 | (1.675) |
| Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - % | 35 | 26 |

As despesas de impostos sobre o lucro apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas incluem também a provisão de R$ 1.398 relativa aos impostos sobre o lucro apurado pela controlada TI BV durante o exercício de 2014 (R$ 1.076 em 2013).

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973, conversão da MP627/2013 que:

- Modifica a legislação tributária relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.
- Revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.
- Altera dispositivos da Lei nº 12.865/2013 que reabriu o parcelamento de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (REFIS da Crise), instituído pela Lei nº 11.941/2009.

A Lei tem sua vigência a partir de 01/01/2015, sendo facultado à Pessoa Jurídica antecipar seus efeitos para 01/01/2014.

Com base nas análises efetuadas, a Administração entendeu que não há efeitos relevantes nas suas demonstrações financeiras e não optou pela adoção antecipada da Lei em 2014.

## 14. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Em 2013 e 2014 os navios Itaituba, Guará e Piquete foram classificados como mantidos para venda de acordo as aprovações da administração através das atas nº 658, 675 e 689 datadas de 27/03/2014, 31/07/2014 e 23/10/2014, respectivamente. Esses navios foram vendidos no decorrer de 2014, conforme apresentado abaixo:

| | Saldo em 2013 | Vr. transferido para mantido para venda | Venda | Saldo em 2014 |
|---|---|---|---|---|
| Navio Avaré | 3.272 | - | 3.272 | - |
| Navio Itamonte | 11.952 | - | 11.952 | - |
| Navio Guará | - | 1.671 | 1.671 | - |
| Navio Piquete | - | 7.197 | 7.197 | - |
| Navio Itaituba | - | 13.596 | 13.596 | - |
| Total de ativos não circulantes mantidos para venda | 15.224 | 22.464 | 37.688 | - |

As transações mencionadas acima, geraram um resultado negativo de R$ 6.479, conforme detalhamento abaixo:

| | |
|---|---|
| Navio Avaré | (2.356) |
| Navio Itamonte | (4.226) |
| Navio Guará | 397 |
| Navio Piquete | 5.897 |
| Navio Itaituba | (6.191) |
| Resultado na alienação de imobilizado (nota 26) | (6.479) |

## 15. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

Conforme descrito na nota 3.2, a Transpetro é detentora de 100% do capital social integralizado das empresas Fronape International Company - FIC e Transpetro International BV (TIBV). Essas companhias estão sediadas nas Ilhas Cayman e Holanda, respectivamente, e tem como objetivo a exploração de transporte por meio de embarcações (vide nota 20).

Seguem abaixo as informações sobre as controladas (valores em milhares de US$):

| Controlada | % de Participação direta da Transpetro | Capital subscrito em 31 de dezembro de 2013 | Ações ordinárias/ quotas | Patrimônio líquido | Lucro líquido 2013 | Lucro líquido/ (prejuízo) 2014 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Fronape International Company - FIC | 100% | 0,10 | 100 | 89.873 | 3.918 | (5.711) |
| Transpetro International BV - TIBV | 100% | 130.076 | 130.075.685 | 193.515 | 44.997 | 44.783 |

| **Movimentação dos saldos de investimentos:** | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| **No início do exercício** | 663.863 | 239.466 |
| Equivalência patrimonial | 91.714 | 74.879 |
| Variação cambial em investimento no exterior (i) | 100.804 | 84.853 |
| Amortização do ganho apurado na venda dos navios | - | 4.296 |
| Aumento de capital (ii) | - | 260.369 |
| Pagamento de dividendos (iii) | (223.414) | - |
| **No fim do exercício** | **632.968** | **663.863** |

(i) Refere-se ao ganho patrimonial apurado sobre a variação cambial, registrada em outros resultados abrangentes.

(ii) Em 30 de abril de 2013, o direito de uso das embarcações Ataulfo Alves e Cartola transferido pela Transpetro à FIC BV durante o exercício de 2012 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (vide nota explicativa 17) foi convertido em capital social através da emissão de 130.074.082 novas ações. Ainda nesta mesma data, a participação de FIC Cayman no capital social de FIC BV foi reduzida em US$ 50.023.759 passando a esta a ser controlada diretamente pela Transpetro.

(iii) Em 24 de outubro de 2014 foi aprovada em reunião de diretoria através de ata (*Written Resolutions*) a distribuição de dividendos, pela Fronape International Company – FIC à controladora, no montante de US$ 84.161 (R$ 223.414), cujo pagamento ocorreu em 29 de dezembro de 2014.

## 16. IMOBILIZADO

### 16.1. Composição

| | Vida útil estimada em anos | Controladora 2014 Custo | Controladora 2014 Depreciação acumulada | Controladora 2014 Líquido | Controladora 2013 Líquido | Consolidado 2014 Custo | Consolidado 2014 Depreciação acumulada | Consolidado 2014 Líquido | Consolidado 2013 Líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Edificações e benfeitorias | 26 | 31.354 | (15.026) | 16.328 | 17.666 | 31.354 | (15.026) | 16.328 | 17.666 |
| Equipamentos e outros bens | 6 - 11 | 343.534 | (181.798) | 161.736 | 162.300 | 371.651 | (196.481) | 175.170 | 181.255 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 7 - 11 | 2.179.588 | (553.600) | 1.625.988 | 678.208 | 2.257.510 | (575.562) | 1.681.948 | 725.540 |
| Navios | 26 | 2.781.652 | (494.148) | 2.287.504 | 1.504.287 | 3.190.904 | (570.253) | 2.620.651 | 1.821.790 |
| Terrenos | | 12.177 | - | 12.177 | 12.177 | 12.177 | - | 12.177 | 12.177 |
| Projetos de expansão PROMEF | | 1.668.068 | - | 1.668.068 | 1.591.549 | 1.668.068 | - | 1.668.068 | 1.591.549 |
| Reformas de tanques em andamento | | 256.683 | - | 256.683 | 1.012.060 | 256.683 | - | 256.683 | 1.012.060 |
| Outras obras em andamento | | 258.781 | - | 258.781 | 230.203 | 261.054 | - | 261.054 | 230.294 |
| Ajuste saldo Contratos - OLJ (*) | | (174.755) | - | (174.755) | - | (174.755) | - | (174.755) | - |
| | | 7.357.082 | (1.244.572) | 6.112.510 | 5.208.450 | 7.874.646 | (1.357.322) | 6.517.324 | 5.592.331 |

(*) conforme metodologia de cálculo adotada pela Companhia (nota 2), o montante de (R$ 174.755), refere-se ao percentual de 3% aplicado sobre o saldo dos contratos, cujos pagamentos serão incorridos em períodos futuros. Em relação ao ajuste total de (R$ 256.664), a diferença de (R$ 81.909) está registrada no custo dos respectivos ativos, sendo navios (R$ 30.145), benfeitorias em bens de terceiros (R$ 19.234), projetos de expansão PROMEF (R$ 20.272) e reformas de tanques (R$ 12.258).

### 16.2. Movimentação do custo

| Controladora | 2013 | Movimentação Adições | Baixas (ii) | Transferências | 2014 |
|---|---|---|---|---|---|
| Edificações e benfeitorias | 31.354 | - | - | - | 31.354 |
| Equipamentos e outros bens | 347.218 | 14.242 | (72.658) | 54.732 | 343.534 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 1.039.272 | 19.982 | (50.793) | 1.171.126 | 2.179.588 |
| Navios | 1.971.570 | 14.435 | (108.954) | 904.602 | 2.781.652 |
| Terrenos | 12.177 | - | - | - | 12.177 |
| Projetos de expansão PROMEF | 1.591.549 | 1.001.185 | (20.272) | (904.395) | 1.668.067 |
| Reforma de tanques em andamento | 1.012.060 | 411.725 | (15.333) | (1.151.768) | 256.684 |
| Outras obras em andamento | 230.203 | 108.566 | (5.691) | (74.297) | 258.781 |
| Ajustes saldo contratos -OLJ (*) | - | - | (174.755) | - | (174.755) |
| | 6.235.403 | 1.570.135 | (448.456) | - | 7.357.082 |

| Controladora | 2012 | Movimentação Adições | Baixas | Transferências | 2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| Edificações e benfeitorias | 31.354 | - | - | - | 31.354 |
| Equipamentos e outros bens | 403.698 | 20.465 | (114.544) | 37.599 | 347.218 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 829.460 | 8.926 | (6.190) | 207.076 | 1.039.272 |
| Navios | 1.927.284 | 3.597 | (353.482) | 394.171 | 1.971.570 |
| Terrenos | 12.177 | - | - | - | 12.177 |
| Projetos de expansão PROMEF | 1.031.178 | 1.002.502 | (47.960) | (394.171) | 1.591.549 |
| Reforma de tanques em andamento | 820.491 | 385.883 | - | (194.314) | 1.012.060 |
| Outras obras em andamento | 161.342 | 119.906 | (684) | (50.361) | 230.203 |
| | 5.216.984 | 1.541.279 | (522.860) | - | 6.235.403 |

| Consolidado | 2013 | Movimentação Adições | Baixas (i) | Transferências | 2014 |
|---|---|---|---|---|---|
| Edificações e benfeitorias | 31.353 | - | - | - | 31.353 |
| Equipamentos e outros bens | 369.140 | 20.437 | (72.658) | 54.733 | 371.652 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 1.143.562 | 36.418 | (116.233) | 1.193.762 | 2.257.509 |
| Navios | 2.332.503 | 62.753 | (108.954) | 904.602 | 3.190.904 |
| Terrenos | 12.177 | - | - | - | 12.177 |
| Projetos de expansão PROMEF | 1.591.529 | 1.001.185 | (20.271) | (904.395) | 1.668.048 |
| Reforma de tanques em andamento | 1.012.060 | 411.725 | (15.333) | (1.151.769) | 256.683 |
| Outras obras em andamento | 230.315 | 133.384 | (5.691) | (96.933) | 261.075 |
| Ajustes saldo contratos -OLJ (*) | - | - | (174.755) | - | (174.755) |
| | 6.722.639 | 1.665.902 | (513.895) | - | 7.874.646 |

| Consolidado | 2012 | Movimentação Adições | Baixas | Transferências | 2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| Edificações e benfeitorias | 31.353 | - | - | - | 31.353 |
| Equipamentos e outros bens | 403.698 | 29.102 | (114.544) | 50.884 | 369.140 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 891.667 | 22.604 | (18.284) | 247.575 | 1.143.562 |
| Navios | 2.242.134 | 49.680 | (353.482) | 394.171 | 2.332.503 |
| Terrenos | 12.177 | - | - | - | 12.177 |
| Projetos de expansão PROMEF | 1.031.158 | 1.002.502 | (47.960) | (394.171) | 1.591.529 |
| Reforma de tanques em andamento | 820.492 | 385.883 | - | (194.315) | 1.012.060 |
| Outras obras em andamento | 185.551 | 149.854 | (684) | (104.406) | 230.315 |
| | 5.618.230 | 1.639.625 | (534.954) | (262) | 6.722.639 |

**Depreciação**

| Controladora | 2013 | Movimentação Adições | Baixas | 2014 |
|---|---|---|---|---|
| Edificações e benfeitorias | (13.688) | (1.338) | - | (15.026) |
| Equipamentos e outros bens | (184.918) | (69.519) | 72.639 | (181.798) |
| Benfeitorias em bens de terceiros | (361.064) | (223.811) | 31.275 | (553.600) |
| Navios | (467.283) | (87.086) | 60.221 | (494.148) |
| | (1.026.953) | (381.754) | 164.135 | (1.244.572) |

| Controladora | 2012 | Movimentação Adições | Baixas | 2013 |
|---|---|---|---|---|
| Edificações e benfeitorias | (12.351) | (1.337) | - | (13.688) |
| Equipamentos e outros bens | (220.564) | (68.320) | 103.966 | (184.918) |
| Benfeitorias em bens de terceiros | (239.254) | (127.999) | 6.189 | (361.064) |
| Navios | (582.331) | (66.894) | 181.942 | (467.283) |
| | (1.054.500) | (264.550) | 292.097 | (1.026.953) |

| Consolidado | 2013 | Movimentação Adições | Baixas (i) | Transferências | 2014 |
|---|---|---|---|---|---|
| Edificações e benfeitorias | (13.688) | (1.338) | - | - | (15.026) |
| Equipamentos e outros bens | (187.885) | (81.234) | 72.638 | - | (196.481) |
| Benfeitorias em bens de terceiros | (418.022) | (252.197) | 94.657 | - | (575.562) |
| Navios | (510.713) | (119.761) | 60.221 | - | (570.253) |
| | (1.130.308) | (454.530) | 227.516 | - | (1.357.322) |

| Consolidado | 2012 | Movimentação Adições | Baixas | Transferências (i) | 2013 |
|---|---|---|---|---|---|
| Edificações e benfeitorias | (12.350) | (1.338) | - | - | (13.688) |
| Equipamentos e outros bens | (220.564) | (71.287) | 103.966 | - | (187.885) |
| Benfeitorias em bens de terceiros | (277.184) | (159.385) | 18.285 | 262 | (418.022) |
| Navios | (601.529) | (91.126) | 181.942 | - | (510.713) |
| | (1.111.627) | (323.136) | 304.193 | 262 | (1.130.308) |

(i) Do total de baixas no custo líquido do imobilizado apresentadas durante o exercício de 2013 na controladora e consolidado, basicamente, R$ 11.386 são relativos às paradas programadas de tanques (R$ 6.276) e navios (R$ 5.110), e R$ 22.464 referem-se aos navios destinados para venda reclassificados para o Grupo de Ativos Circulantes e, portanto, não afetaram o caixa da Companhia.

### 16.3. Benfeitorias em bens de terceiros

Os gastos com as reabilitações de bens arrendados da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras são de responsabilidade da Transpetro. Dessa forma, as reabilitações dos tanques, definidas e atestadas pela Gerência Geral de Engenharia, têm seus gastos capitalizados e contabilizados da seguinte forma:

1. Os gastos com reabilitação de tanques, cujas conclusões ocorreram durante o exercício de 2014, foram contabilizados em "Benfeitorias em bens de terceiros", no montante de R$ 1.151.769 (R$ 194.314 em 2013).
2. Os gastos com reabilitação de tanques, no ano de 2014, foram contabilizados em "Reforma de tanques em andamento" no montante de R$ 411.725 (R$ 385.883 em 2013).

### 16.4. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

A Administração da Companhia avalia a cada fim de período se existem evidências de perda de recuperabilidade de seus ativos. Na elaboração do fluxo de caixa da frota de embarcações definida pela Companhia como unidade geradora de caixa composta por 46 navios e 4 comboios, foram consideradas, basicamente, as seguintes premissas:

- Período projetivo: definido de acordo com a vida útil do navio que é de 25 anos, considerando o período em operação dos navios da Frota Atual, que tem vida útil menor, e a expectativa de início de operação dos demais.
- A taxa de desconto utilizada considerou os modelos de financiamento de cada Embarcação
- Moeda: Reais (R$) em termos reais.
- Data-base: 31 de dezembro de 2014.
- Receita bruta: a receita foi projetada com base na taxa de frete diária que varia de um navio para outro com base na capacidade de armazenamento e transporte.
- Custos e despesas: incluem custo de sobressalentes, tripulação, manutenção e encargos, sendo considerados os custos atuais da Frota.
- As docagens incluídas no fluxo estão de acordo com o Plano de Docagens estabelecido pela diretoria de transporte marítimo e para os navios não entregues ficam condicionados a data de entrada de operação dos navios.
- Depreciação: As embarcações são depreciadas para fins fiscais em 20 anos.
- A depreciação dos investimentos em manutenção (docagem) foi estimada pelo período de 2,5 anos.
- IRPJ e CSSL: calculado pelo regime de lucro real, considerando alíquota de 34% (IR e CS) aplicada ao lucro antes dos impostos.

A análise dos fluxos de caixa trazidos a valor presente, comparados com o valor contábil indicou que em relação aos ativos testados permanece a capacidade de geração de entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo. Logo, nenhuma provisão para perda se fez necessária no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

TRANSPETRO

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

# Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

## 17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| Imposto de renda retido na fonte e imposto sobre incentivos (i) | 20.988 | 21.386 |
| Imposto de renda retido na fonte - juros sobre capital próprio | 32.723 | 29.290 |
| ICMS a pagar | 31.224 | 28.641 |
| ISS a recolher | 8.683 | 11.859 |
| INSS a recolher | 9.778 | 9.640 |
| Contribuições trabalhistas a recolher | 19.842 | 17.742 |
| PASEP e COFINS a recolher | 32.662 | 28.719 |
| Outros | 1.096 | 477 |
| | 156.996 | 147.754 |

(i) Em 31 de dezembro de 2014 o saldo refere-se, principalmente, a impostos de renda sobre folha de pagamento no montante de R$ 19.304 (R$ 16.305 em 2013).

Os impostos a recolher apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas incluem também a provisão de R$ 1.398 relativa aos impostos sobre o lucro apurado pela controlada TIBV durante o exercício de 2014 (R$ 1.076 em 2013) e outros impostos no valor de R$ 118.

## 18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Transpetro é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base nos históricos referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

**(a) Processos judiciais provisionados**

| | Controladora e consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2014 | Adições | Baixas | 2013 |
| Processos judiciais trabalhistas | 47.067 | 37.705 | (5.793) | 15.155 |
| Processos judiciais cíveis | 7.879 | 7.699 | (795) | 975 |
| Processos judiciais tributários | 61 | 61 | - | - |
| Processos judiciais ambientais | 724 | 714 | (44) | 54 |
| Total provisionado no passivo não circulante | 55.731 | 46.179 | (6.632) | 16.184 |

| | Controladora e consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2013 | Adições | Baixas | 2012 |
| Processos judiciais trabalhistas | 15.155 | 4.674 | (5.363) | 15.844 |
| Processos judiciais cíveis | 975 | 730 | (3.147) | 3.392 |
| Processos judiciais tributários | - | - | (2.598) | 2.598 |
| Processos judiciais ambientais | 54 | 44 | - | 10 |
| Total provisionado no passivo não circulante | 16.184 | 5.448 | (11.108) | 21.844 |

**(b) Processos judiciais não provisionados**

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstramos a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas:

| Ações | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| Cíveis e ambientais | 116.250 | 24.843 |
| Trabalhistas e previdenciárias (i) | 239.225 | 123.563 |
| Tributárias (ii) | 697.901 | 437.601 |
| | 1.053.376 | 586.007 |

Os objetos das causas mais relevantes classificadas como perda possível em dezembro de 2014, segregados por esfera estão informados abaixo:

**i. Trabalhistas e previdenciárias**

| Objeto | Valor da causa | Quantidade de processos |
|---|---|---|
| RMNR (Remuneração mínima) | 79.030 | 181 processos |
| Verbas rescisórias e trabalhistas | 123.200 | 1.588 processos |
| Reparação de danos | 21.892 | 32 processos |
| Demais ações | 15.103 | 104 processos |
| | 239.225 | |

**ii. Tributárias**

- Processo nº 0511598-36.2011.4.02.5101 referente a ação de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional em razão dos créditos tributários relacionados às Declarações de Imposto de Renda nos exercícios de 2006 e 2008. A administração da Companhia aguarda o julgamento dos embargos à execução interpostos por seus consultores jurídicos, que neste momento processual, classificam a probabilidade de perda decorrente deste processo como possível, tendo o Exequente atribuído à causa o valor de R$ 144.285.
- Processos de execução fiscal impetrados pela Receita do Estado do Espírito Santo decorrentes da inscrição em dívida ativa de autuações efetuadas por aquele Estado sob a alegação da falta de escrituração dos livros de registro de inventário relativos aos exercícios de 2004 à 2008 dos terminais de Vitória, Norte Capixaba e Regência. A administração da Companhia aguarda manifestação da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo acerca dos Embargos à Execução interpostos por seus consultores jurídicos, que neste momento processual, classificam a probabilidade de perda decorrente destes processos como possível, tendo o Exequente atribuído às causas os valores de R$ 24.960, R$ 41.566, R$ 42.850, R$ 54.847, R$ 79.092 e R$ 86.294, respectivamente.
- Processo nº 0005186-83.2010.4.02.5101 referente ação proposta pela TRANSPETRO em face da União Federal buscando a anulação de débitos tributários, com origem em pedidos de compensação tributária, não homologados pela Receita Federal. A ação foi julgada improcedente em primeira instância e os autos se encontram aguardando julgamento do recurso de apelação desde 2012. De acordo com seu status atual este processo é classificado como de perda possível, tendo o Exequente atribuído à causa o valor de R$ 175.343.

**(c) Depósitos Judiciais**

| | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| Cíveis e ambientais | 27.084 | 27.332 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 56.652 | 39.553 |
| Tributárias | 7.090 | 4.308 |
| | 90.826 | 71.193 |

## 19. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| Obrigações registradas no balanço patrimonial com | | |
| Benefícios de planos de pensão | 55.561 | 47.632 |
| Benefícios de saúde pós-emprego | 339.844 | - |
| | 395.405 | 47.632 |

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com | | |
| Benefícios de planos de pensão | 14.155 | 38.647 |
| Benefícios de saúde pós-emprego | 239.767 | - |
| | 253.922 | 38.647 |
| Benefícios de planos de pensão | (6.226) | (55.832) |
| Benefícios de saúde pós-emprego | 100.400 | - |
| Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente no exercício | 94.174 | (55.832) |
| Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente | 38.341 | (55.832) |

**19.1. Plano de pensão – Plano Petros 2**

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados da Transpetro uma renda de aposentadoria complementar, a Companhia, em parceria com a Fundação Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição mista. Neste caso os riscos são divididos entre Patrocinadora e empregado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo com renda vitalícia. A parcela do plano com características de contribuição definida destina-se a formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2014, a quantidade de participantes total do plano é de 4.663 ativos e 100 assistidos (4.691 ativos e 68 assistidos em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R$ 55.561 (R$ 47.632 em 2013) sendo a conciliação dos valores reconhecidos a seguinte:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| Valor presente das obrigações financiadas | 123.965 | 69.240 |
| **Valor justo dos ativos do plano** | **(68.404)** | **(21.608)** |
| Passivo atuarial líquido | 55.561 | 47.632 |

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com | | |
| Benefícios de planos de pensão (i) | | |
| Custo do serviço corrente | 7.975 | 32.585 |
| Juros líquidos sobre o passivo líquido | 6.180 | 6.062 |
| | 14.155 | 38.647 |
| Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício | 6.226 | 55.833 |
| Imposto de renda e contribuição social | (2.118) | (18.983) |
| Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício, líquidas dos efeitos tributários | 4.108 | 36.850 |
| Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente, líquidas de efeitos tributários | 40.958 | 36.850 |

(i) Em 2014, do total dos encargos registrados no resultado do exercício, R$ 12.054 (R$ 37.586 em 2013) referem-se aos funcionários ativos e foram registrados nos grupos de custo dos serviços prestados e despesas administrativas e R$ 2.101 (R$ 1.061 em 2013) referem-se a parcela de inativos registradas em outras despesas.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| **Em 1º de janeiro** | 69.240 | 42.832 |
| Custo do serviço corrente | 7.975 | 32.585 |
| Custo financeiro | 8.354 | 7.334 |
| Remensurações atuariais | 44.136 | (45.482) |
| Benefícios pagos | (5.740) | (3.616) |
| Ajustes obrigação atuarial (Nota 19.1.2) | - | 35.587 |
| **Em 31 de dezembro** | 123.965 | 69.240 |

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| **Em 1º de janeiro** | 21.608 | 13.602 |
| Receita de juros sobre os ativos do plano | 2.174 | 1.271 |
| Remensurações atuariais | 50.362 | 10.351 |
| Benefícios pagos | (5.740) | (3.616) |
| **Em 31 de dezembro** | 68.404 | 21.608 |

As contribuições da parcela de benefício definido do Plano Petros 2 encontram-se suspensas conforme deliberação da administração do fundo de pensão.

As remensurações do passivo líquido do benefício definido ocorridas no exercício seguem evidenciadas abaixo:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| Ganhos/(perdas) atuariais por experiência | (39.349) | (16.592) |
| Ganhos/(perdas) atuariais por mudanças em hipóteses financeiras | (12.317) | 48.820 |
| Ganhos/(perdas) atuariais por mudanças em hipóteses demográficas | 7.530 | 13.255 |
| do retorno implícito na taxa de desconto | 50.362 | 10.350 |
| Total de remensurações atuariais | 6.226 | 55.833 |

**19.1.1 Ativos do plano de pensão**

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo e de uma avaliação de riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira.

A composição dos ativos dos planos segue demonstrado:

| | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| Renda fixa | 81,20% | 81,20% |
| Renda variável | 7,36% | 11,60% |
| Investimentos imobiliários | 4,50% | 2,00% |
| Outros ativos | 6,94% | 5,20% |
| | **100%** | **100%** |

**19.1.2 Ajuste passivo atuarial em 31 de dezembro de 2013**

No exercício de 2013, os seguintes ajustes referentes ao plano de benefício Petros 2 foram efetuados contra a conta de lucros acumulados:

| **Controladora e consolidado** | 2013 |
|---|---|
| Ajustes passivo atuarial 2013 - Plano Petros 2 (Nota 19) | 35.587 |
| Impostos diferidos - Planos Petros 2 | (12.099) |
| Outros ajustes impostos diferidos | 4.260 |
| **Total de ajustes efetuados na conta de lucros acumulados** | 27.748 |

Em linha com o CPC 23, a administração considerou os ajustes acima imateriais frente às suas demonstrações contábeis, motivo pelo qual não procedeu à correção nas demonstrações contábeis como ajustes de exercício anterior.

**19.1.3 Premissas atuariais**

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano Petros 2 em 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

| **Hipóteses econômicas** | 31 de dezembro de 2014 | 31 de dezembro de 2013 |
|---|---|---|
| Taxa de desconto (nominal) ao ano | 13,10% | 12,97% |
| Taxa de retorno (nominal) de ativos | 13,10% | 12,97% |
| Crescimento salarial | 10,21% | 10,21% |
| Inflação | 6,50% | 5,93% |
| Taxa de reajuste de benefício do plano | 6,50% | 5,93% |
| Fator capacidade | 100% | 100% |
| **Hipóteses demográficas** | | |
| Tabua de Mortalidade | AT -2000 suavizada em 10% | AT -2000 80% masculina e 20% feminina suavizada em 10% |
| Tabua de Mortalidade de inválidos | IABP 1957 | IABP 1957 |
| Tábua de entrada de invalidez | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas |
| Rotatividade | Nula | Nula |
| Composição familiar - ativos | 80% casados e cônjuges 4 anos mais novos para participantes masculinos e 1 ano mais velho para participantes femininos | 80% casados e cônjuges 4 anos mais novos para participantes masculinos e 1 ano mais velho para participantes femininos |
| Composição familiar - assistidos | Família informada no cadastro | Família informada no cadastro |

**19.1.4 Análise de sensibilidade**

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade do benefício pós- emprego, considerando o incremento e redução em 1% p.p na taxa de desconto:

| | 2014 | |
|---|---|---|
| | Cenário I taxa de desconto atuarial 14,10% | Cenário II taxa de desconto atuarial 12,10% |
| Aumento/(redução) no custo do serviço | (6.195) | 8.911 |
| Aumento/(redução) no custo dos juros | (2.519) | 3.223 |
| Aumento/(redução) no valor presente das obrigações | (26.641) | 36.865 |

Análise dos vencimentos esperados de benefícios de planos de pensão:

| | Menos de 1 ano | Entre 1-2 anos | Entre 2-3 anos | Entre 3-4 anos | Mais de 4 anos |
|---|---|---|---|---|---|
| Benefícios pós-emprego | 4.596 | 4.747 | 4.875 | 4.886 | 104.861 |

**19.2. Plano de assistência pós emprego – AMS**

Em 30 de junho de 2014, a Transpetro implementou o Programa de Assistência Multidisciplinar de Saúde – AMS para o período pós-emprego, beneficiando todos seus empregados no Brasil, aposentados, pensionistas e seus dependentes, conforme previsto no acordo coletivo de trabalho de 2013-2015.

O plano é administrado pela própria Companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

Em 31 de dezembro de 2014 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R$ 339.844, sendo a conciliação dos valores reconhecidos a seguinte:

| | Consolidado |
|---|---|
| | 2014 |
| **Em 1º de janeiro** | |
| Implementação do plano em 30 de junho de 2014 | 170.946 |
| Custo do serviço corrente | 10.792 |
| Custo financeiro | 10.541 |
| Remensurações atuariais | 100.400 |
| Contribuições pagas pela Companhia | (322) |
| Outros ajustes (i) | 47.487 |
| **Em 31 de dezembro** | 339.844 |

(I) O saldo se refere ao complemento do saldo das obrigações atuariais quando da implementação do plano ocorrida em junho de 2014.

As remensurações do passivo líquido de benefício definido ocorridas no exercício seguem evidenciadas abaixo:

| | Consolidado |
|---|---|
| | 2014 |
| Ganhos/(perdas) atuariais por experiência | 15.312 |
| Ganhos/(perdas) atuariais por mudanças em hipóteses financeiras | 86.012 |
| Ganhos/(perdas) atuariais por mudanças em hipóteses demográficas | (924) |
| Total de remensurações atuariais | 100.400 |

**19.2.1 Premissas atuariais**

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano de assistência pós emprego – AMS em 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:

| **Hipóteses econômicas** | 31 de dezembro de 2014 |
|---|---|
| Taxa de desconto ao ano | 12,81 % |
| Crescimento salarial | 10,52% |
| Inflação | 6,50% |
| Taxa de crescimento de custos médicos | Tabela "Crescimento dos custos médicos 2014" |
| **Hipóteses demográficas** | **31 de dezembro de 2014** |
| Tabua de Mortalidade | EX_PETROS 2013 |
| Tabua de Mortalidade de inválidos | AT 49 Masculina 10% agravada |
| Tábua de entrada de invalidez | TASA 1927 |
| Rotatividade | Tabela Rotatividade Transpetro 2014 |
| Composição familiar - ativos | 80% casados e cônjuges 4 anos mais novos para participantes masculinos e 1 ano mais velho para participantes femininos. Ademais, 01 filho do sexo feminino na idade de 22 anos. |
| Composição familiar - assistidos | Família informada no cadastro |
| Entrada em aposentadoria | Masculino 57 anos e feminino 56 anos |

BR TRANSPETRO

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

# Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

**19.2.2 Análise de sensibilidade**

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade do benefício de saúde pós- emprego, considerando o incremento e redução em 1% p.p na taxa de desconto e na variação dos custos médicos hospitalares:

| | 2014 | |
|---|---|---|
| | Cenário I e taxa de desconto atuarial 13,81% | Cenário II e taxa de desconto atuarial 11,81% |
| Aumento/(redução) no custo do serviço | (1.608) | 2.076 |
| Aumento/(redução) no custo dos juros | (876) | 1.024 |
| Aumento/(redução) no valor presente das obrigações | (50.314) | 64.196 |

| | 2014 | |
|---|---|---|
| | Cenário I | Cenário II |
| | Aumento de 1% nos custos médicos Hospitalares | Redução de 1% nos custos médicos Hospitalares |
| Aumento/(redução) no custo do serviço | 2.184 | (1.721) |
| Aumento/(redução) no custo dos juros | 2.201 | (1.755) |
| Aumento/(redução) no valor presente das obrigações | 67.457 | (53.806) |

Análise dos vencimentos esperados de benefícios de planos de saúde pós emprego:

| | Menos de 1 ano | Entre 1-2 anos | Entre 2-3 anos | Entre 3-4 anos | Mais de 4 anos |
|---|---|---|---|---|---|
| Benefícios pós-emprego | 3.929 | 5.506 | 6.619 | 8.277 | 315.513 |

## 20. ARRENDAMENTO MERCANTIL

**Arrendamento mercantil operacional (arrendatário)**

Com a constituição, em setembro de 2011, da Transpetro International BV - TI BV, a Administração da Transpetro, iniciou o processo de transferência das atividades de sua subsidiária sediada nas Ilhas Cayman - FIC Cayman, para sua nova subsidiária TI BV sediada na Holanda.

Durante os exercícios de 2012 a 2013, como parte do processo de transferência das atividades, foram assinados junto aos proprietários dos navios termos de Novação dos Contratos ('*Novation Agreements*"), no qual as partes concordaram na substituição de FIC Cayman por TIBV, em todos os direitos e obrigações decorrentes dos contratos de afretamento desde o início de sua vigência.

A empresa controlada TI BV possui uma frota de 18 navios em operação arrendados de terceiros em contratos de afretamento de navios a casco nu do tipo "Bareboat Charter Party". Esses contratos de arrendamento foram assinados entre 2002 e 2012 com valores de pagamentos diários que variam de US$ 16 Mil (R$ 42,4 mil) a US$ 35,5 mil (R$ 94,3 mil) e possuem prazos de vigência entre 10 e 15 anos.

Na contratação dos navios Nordic Rio, Nordic Brasilia, Stena Spirit, Nordic Spirit, Stavanger, Bergen e Gothenburg foram incluídas cláusulas de opção de compra ao término de cada contrato, com base em cotações de mercado à época e não caracterizavam preços de barganha nas datas de assinatura dos contratos. Os demais contratos não contemplam clausulas de opção de compra.

Desta forma, a Transpetro possui a intenção de substituir os navios existentes ao término de cada contrato e de não exercer as opções de compra estabelecidas nos contratos dos sete navios supramencionados.

Os pagamentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2014 destes contratos estão segregados da seguinte forma, tal como determina a Deliberação CVM Nº 645/10 (CPC 06):

| | Valor presente dos pagamentos mínimos | Juros | Pagamentos futuros mínimos |
|---|---|---|---|
| Até um ano | 464.655 | 11.909 | 476.564 |
| De dois a cinco anos | 1.635.548 | 82.137 | 1.717.685 |
| Acima de cinco anos | 1.541.624 | 164.897 | 1.706.521 |

**Arrendamento mercantil operacional (arrendador)**

**(a) Navios arrendados pela Transpetro**

A Transpetro possui um contrato principal de afretamento marítimo do tipo "Time Charter Party" com a Petrobras, onde a frota principal de navios é disponibilizada às operações de sua Controladora sob o comando técnico e operacional da Transpetro. Esses contratos são negociados anualmente e utilizados como base para definição do fluxo de recebimentos dos exercícios seguintes.

Os recebimentos futuros mínimos, com base nos contratos que estipulam os valores para o exercício de 2014, estão estimados da seguinte forma:

| | Valor presente dos recebimentos mínimos | Juros | Recebimentos futuros mínimos |
|---|---|---|---|
| Até um ano | 686.423 | 5.897 | 692.320 |

**(b) Navios arrendados pelas controladas**

A atual frota da empresa controlada TI BV, composta de 20 navios (sendo 18 afretados e 2 próprios), é disponibilizada às operações da Petrobras, em contratos de afretamento marítimo do tipo "Time Charter Party". Esses contratos foram assinados entre 2012 e 2013, com prazo de vigência entre 4 e 15 anos e valores de afretamento que são renegociados ao final de cada ano. Os valores diários vigentes em 2014 variam entre US$ 28,8 mil (equivalentes a R$ 76,5 mil) e US$ 59,3 mil (equivalentes a R$ 157,5 mil).

Os recebimentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2014 estão estimados da seguinte forma em milhares de dólares:

| | Valor presente dos pagamentos mínimos | Juros | Recebimentos futuros mínimos |
|---|---|---|---|
| Até um ano | 838.213 | 4.531 | 842.744 |
| De dois a cinco anos | 2.963.317 | 85.985 | 3.049.302 |
| Acima de cinco anos | 2.585.892 | 219.763 | 2.805.655 |

Os valores a serem recebidos podem variar de acordo com as flutuações do mercado de afretamento.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

**(a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 está representado por 3.403.344.030 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto (3.202.960.407 ações em 2013).

Em 12 de abril de 2013, foi aprovado através da Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social mediante a emissão de 256.660.000 ações ordinárias, passando o capital social da Companhia de R$ 2.946.300 para R$ 3.202.960. O referido aumento ocorreu mediante a integralização dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais de 2012 no valor total de R$ 256.660.

Em 01 de abril de 2014, foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social mediante a emissão de 200.383.623 ações ordinárias, passando o capital social da Companhia de R$ 3.202.960 para R$ 3.403.344. O referido aumento ocorreu mediante a integralização de saldo parcial da reserva de retenção de lucros no montante de R$ 184.155 e da totalidade do saldo de reserva de incentivos fiscais de exercícios anteriores no montante de R$ 16.228.

**(b) Reservas**

**(b.1) Reservas de lucro**

**• Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**• Reserva de incentivos fiscais (Alteração Lei nº 11.638/07 - Deliberação CVM 555/08)**

É constituída mediante destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, incluído pela Lei nº 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008.

No exercício de 2014, foi destinado ao resultado o valor de R$ 24.701 (R$ 17.665 em 2013) referente aos incentivos para subvenções de investimentos no Norte e Nordeste, no âmbito da SUDENE e SUDAM, após aprovação destes órgãos, com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas e parcela realizada de ativos vinculados ao incentivo de Reinvestimento.

**• Reserva de lucros a realizar**

Reserva constituída em 1999, ou seja, anteriormente à vigência da Lei nº 10.303/01, com parcela do resultado de equivalência patrimonial em controlada, que será transferida para lucros acumulados e computada no cálculo do dividendo obrigatório quando do recebimento de dividendos da controlada.

**• Reserva de retenção de lucros**

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia de acordo com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve retenção de lucros, sendo todo o lucro ajustado distribuído ao acionista. Em complemento aos dividendos propostos para o exercício de 2014, foi destinado o montante de R$ 218.153 referente a lucros apurados em exercícios anteriores.

Em 2013, foi destinado do lucro do exercício o montante de R$ 271.913 face os investimentos previstos no orçamento de capital do exercício de 2014.

**(b.2) Reservas de capital**

**• Reserva de incentivos fiscais**

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte de seu imposto de renda dos anos de 1999 e 2000.

**(c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

O Estatuto assegura aos acionistas um dividendo e/ou juros sobre capital próprio mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de dividendos e dos juros sobre capital próprio relativa ao exercício de 2014, que será encaminhada pela Administração da Transpetro à aprovação na reunião do Conselho da Administração da Transpetro de 29 de abril de 2015 e posterior deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, é de R$ 1.053.544, sendo R$ 835.391 a título de dividendos e R$ 218.153 como juros sobre capital próprio, que correspondem a totalidade do lucro líquido ajustado do exercício no montante de R$ 835.391, acrescido de parcela de lucros apurados em exercícios anteriores no montante de R$ 218.153.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

A proposta de dividendos relativa ao exercício de 2013, aprovada pelo acionista na reunião do Conselho de Administração de 21 de fevereiro de 2014 e deliberada através da Assembleia Geral Ordinária, foi de R$ 560.911, que correspondeu a 65% do lucro líquido ajustado do exercício. Em 01 de abril de 2014, através de Assembleia Geral Ordinária, foi autorizado o pagamento desses dividendos a Controladora.

Os dividendos do exercício de 2014 e 2013 foram calculados conforme se segue:

| | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício (i) | 905.360 | 924.461 |
| (-) Reserva legal | (45.268) | (46.223) |
| (-) Reserva de incentivos fiscais | (24.701) | (17.665) |
| Base de cálculo | 835.391 | 860.573 |
| Dividendos mínimos obrigatórios: | | |
| Juros sobre capital próprio | 218.153 | 195.256 |
| Dividendos | | 19.887 |
| Remuneração mínima ao acionista 25% (ii) | 218.153 | 215.143 |

(i) O lucro líquido do exercício de 2013, antes das alterações efetuadas para a reapresentação, era de R$ 924.461. Entretanto, as destinações do resultado não foram alteradas em função do respectivo ajuste.

(ii) O montante de R$ 218.153 foi pago antecipadamente durante o exercício de 2014 e é R$ 9.305 superior à remuneração mínima obrigatória de 25%, conforme aprovado pelo acionista controlador.

## 22. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

**(a) Ajuste acumulado de conversão**

Diferenças de conversão para real das demonstrações contábeis de controlada com moeda funcional diferente da controladora.

**(b) Outros resultados abrangentes**

Refere-se ao reconhecimento do valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

## 23. RESULTADO POR AÇÃO

| | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| | | Reapresentado (Nota 3.26) |
| Lucro atribuível ao acionista controlador | 905.360 | 910.504 |
| Quantidade de ações | 3.403.344 | 3.202.960 |
| Lucro por ação básico e diluído ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas em cada período | 0,27 | 0,28 |

A Companhia não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

## 24. PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS

A participação de empregados nos resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas, ou em acordos com os empregados, ou com as entidades sindicais.

Diante disso, a Transpetro adotou um programa de participação nos lucros e resultados e, em 31 de dezembro de 2014, registrou uma provisão no valor de R$ 70.500 (R$ 69.314 em 2013), respeitando os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controle das Empresas Estatais - CCE, conforme instruções emitidas pela Controladora (Ofício 1.939/2009-SE/MME e Ofício 703/DEST-MP).

Com relação à provisão do exercício de 2013, a Transpetro em função das negociações do acordo coletivo complementou o valor da provisão em R$ 31.199 e contabilizou tal complemento no resultado no exercício de 2014 no grupo de outras receitas e despesas operacionais (Nota 27).

## 25. RECEITA

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida por segmento segue demonstrada:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Receita de serviços prestados | 8.081.076 | 6.902.217 | 8.930.598 | 7.673.266 |
| Encargos sobre serviços | (1.205.999) | (1.053.365) | (1.205.999) | (1.053.365) |
| Receita líquida de serviços prestados | 6.875.077 | 5.848.852 | 7.724.599 | 6.619.901 |

## 26. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS OPERACIONAIS

**(a) Custos dos serviços prestados**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| | | (Reapresentado) | | (Reapresentado) |
| Custo de pessoal (*) | 1.392.720 | 1.134.714 | 1.392.871 | 1.135.031 |
| Custo de material | 175.734 | 195.211 | 198.677 | 225.528 |
| Custo de serviços | 1.393.603 | 1.408.756 | 1.620.319 | 1.608.363 |
| Depreciação e amortização | 376.291 | 261.438 | 406.886 | 309.582 |
| Outros custos | 762.049 | 709.936 | 1.235.209 | 1.123.275 |
| | 4.100.397 | 3.710.055 | 4.853.962 | 4.401.779 |

(*) Aumento, principalmente, em virtude da concessão do benefício de Assistência Médica para o período pós-emprego (Programa de Assistência Multidisciplinar de Saúde – AMS) a partir de junho/2014 (nota 19.2)

**(b) Despesas com vendas**

| | Controladora e consolidado | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| Despesas de pessoal | 27.157 | 22.486 |
| Despesas com material | 32 | 18 |
| Despesa com serviços | 8.552 | 7.374 |
| Despesas com créditos de liquidação duvidosa | - | 132 |
| Depreciação | 7 | 112 |
| Outras despesas | 1.704 | 1.958 |
| | 37.452 | 32.080 |

**(c) Despesas administrativas**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Despesas de pessoal (*) | 517.799 | 411.053 | 519.197 | 411.860 |
| Despesas com material | 2.299 | 2.499 | 2.304 | 2.532 |
| Despesa com serviços | 315.327 | 280.845 | 317.714 | 283.818 |
| Depreciação e amortização | 9.372 | 15.322 | 9.372 | 15.322 |
| Outros custos | 70.499 | 76.365 | 70.699 | 76.365 |
| | 915.296 | 786.083 | 919.286 | 789.897 |

(*) Variação, principalmente, em virtude da concessão do benefício de Assistência Médica para o período pós-emprego (Programa de Assistência Multidisciplinar de Saúde – AMS) a partir de junho/2014 (nota 19.2).

**(d) Despesas tributárias**

| | Controladora e consolidado | |
|---|---|---|
| | 2014 | 2013 |
| IPTU | 21.174 | 27.695 |
| Taxas federais | 2.149 | 2.287 |
| Impostos federais - COFINS | 1.007 | 956 |
| Outras despesas | 1.454 | 3.551 |
| | 25.784 | 34.489 |

## 27. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS (CONTROLADORA)

Segue abaixo a composição de outras despesas operacionais:

| | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| | | Reapresentado (Nota 3.26) |
| Receita de multas contratuais | 3.500 | 7.853 |
| Recuperação de despesas contratuais | 4.517 | 5.671 |
| Relações institucionais | (24.627) | (21.499) |
| Abono concedido (Acordo coletivo de trabalho) | (56.721) | (51.100) |
| Complemento da PLR - exercício anterior (i) | (31.199) | (10.613) |
| Provisão para contingências (ii) | (39.547) | 5.660 |
| Ganho (perda) de alienação de imobilizado (iii) | (6.479) | 15.224 |
| Baixa de imobilizado | (8.404) | (11.261) |
| Juros líquidos inativos - planos Petros 2 | (2.101) | 1.061 |
| Receita de incentivos, doações e subvenções governamentais (iv) | 24.701 | 17.188 |
| Outras receitas | 17.538 | 17.757 |
| | (118.822) | (24.059) |

i. Complemento de PLR referente ao exercício de 2013 decorrente de negociações do acordo coletivo.

ii. Constituição de provisão para contingências, com base em informações dos assessores jurídicos e nos históricos referentes às quantias reivindicadas para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

iii. Perda na alienação dos navios Itamonte, Avaré, Itaituba, Guará e Piquete (nota 14).

iv. Incentivos para subvenções de investimentos no Norte e Nordeste, no âmbito da SUDENE e SUDAM, com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas e parcela realizada de ativos vinculados ao incentivo de Reinvestimento.

## 28. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS (CONSOLIDADO)

**(a) Despesas financeiras**

| | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| Juros de empréstimos (PROMEF) | (111.230) | (79.866) |
| Outras despesas financeiras | (1.858) | (2.618) |
| | (113.088) | (82.484) |

**(b) Receitas financeiras**

| | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| Rendimentos de aplicações financeiras | 106.136 | 52.715 |
| Outras receitas | 3.651 | 4.988 |
| | 109.787 | 57.703 |

BR TRANSPETRO

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

# Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 - Empresa do Sistema Petrobras

### 29. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS (EM REAIS)

No exercício de 2014, a maior e a menor remuneração, em reais, atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes e dirigentes, relativos ao mês de dezembro, foram de R$ 85.505 e R$ 1.722 respectivamente (R$ 79.414 e R$ 1.588 em 2013). A remuneração média naquele mês foi de R$ 9.619 (R$ 8.553 em 2013).

Os salários, encargos, contribuição de seguridade social e participação nos lucros da empresa em 2014 totalizaram R$ 2.118.850 (R$ 1.712.527 em 2013).

A remuneração atribuída a título de honorários da Diretoria e Conselho de Administração durante o exercício de 2014 montou em R$ 9.585 (R$ 8.475 em 2013).

### 30. PROMEF - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA FROTA

A Transpetro assinou contratos de compra e venda condicionada de navio com estaleiros nacionais para a construção de 46 navios e 20 comboios, no valor total de R$ 11.1 bilhões conforme demonstrado abaixo:

| PROMEF I e II | | Estaleiro | |
|---|---|---|---|
| Qtd. | Tipo | | Valor R$ (mil) |
| 10 | Suezmax | Estaleiro Atlântico Sul S.A. | 2.850.018 |
| 5 | Aframax | Estaleiro Atlântico Sul S.A. | 1.266.902 |
| 4 | Tanque/Produto | Estaleiro Mauá-Petro UM S.A. | 651.687 |
| 4 | Panamax | EISA-Estaleiro Ilha S.A. | 910.664 |
| 4 | Suezmax | Estaleiro Atlântico Sul S.A. | 1.785.654 |
| 3 | Aframax | Estaleiro Atlântico Sul S.A. | 1.141.147 |
| 8 | Gaseiros | Estaleiro Promar S.A. | 923.099 |
| 8 | Produtos | EISA-Estaleiro Ilha S.A. | 1.214.608 |
| | | | 10.743.779 |

| PROMEF HIDROVIA | | Estaleiro | |
|---|---|---|---|
| Qtd. | Tipo | | Valor R$ (mil) |
| 20 | Comboios | Estaleiro Rio Tietê | 432.316 |
| | | | 432.316 |

A captação desses recursos (PROMEF I, II e HIDROVIA) foi feita junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal S.A. com recursos do Fundo de Marinha Mercante - FMM nas seguintes condições:

| Programa | Taxa de juros |
|---|---|
| PROMEF I | TJLP + 2,5% a.a. |
| PROMEF II | TJLP + 2,5% a.a. para nacionais e 3% para importados |
| PROMEF Hidrovia | TJLP + 2,5% a.a. para nacionais e 3% para importados |

| Partes responsáveis pelos aportes financeiros | Percentual de participação |
|---|---|
| Transpetro através de recursos próprios | 10 |
| BNDES e Banco do Brasil - financiamento à Transpetro | 36 |
| Estaleiro através de recursos próprios | 8 |
| BNDES e Banco do Brasil S.A. - financiamento aos Estaleiros | 46 |

| Partes responsáveis pelos aportes financeiros (Hidrovia) | Percentual de participação |
|---|---|
| Transpetro através de recursos próprios | 10 |
| Caixa Econômica Federal - financiamento à Transpetro | 90 |

Os percentuais supracitados correspondem aos percentuais globais e variam entre as partes a cada etapa do contrato.

Seguem as movimentações dos financiamentos durante os exercícios de 2014 e 2013 (circulante e não circulante):

| Banco | Em dezembro de 2013 | Transferências | Captações (+) | Amortizações (-) | Juros capitalizados (+) | Juros a resultado (+) | Assunção de dívida | Em dezembro de 2014 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | | | | |
| BNDES | 96.445 | 272.117 | - | (237.779) | - | - | - | 130.783 |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| BNDES | 2.047.690 | (272.117) | 346.410 | - | 59.274 | 109.677 | 295.079 | 2.586.013 |
| Banco do Brasil | 81.412 | - | 120.729 | - | 9.320 | - | - | 211.461 |
| Caixa Econômica Federal | - | - | 19.974 | - | 581 | - | - | 20.555 |
| | 2.129.102 | (272.117) | 487.113 | - | 69.175 | 109.677 | - | 2.818.029 |
| Total | 2.225.547 | - | 487.113 | (237.779) | 69.175 | 109.677 | - | 2.948.812 |

| Banco | Em dezembro de 2012 | Transferências | Captações (+) | Amortizações (-) | Juros capitalizados (+) | Juros a resultado (+) | Assunção de dívida | Em dezembro de 2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | | | | |
| BNDES | 45.827 | 180.059 | - | (129.441) | - | - | - | 96.445 |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| BNDES | 1.363.239 | (180.059) | 303.272 | - | 43.217 | 82.779 | 435.242 | 2.047.690 |
| Banco do Brasil | 21.010 | - | 56.728 | - | 3.674 | - | - | 81.412 |
| | 1.384.249 | (180.059) | 360.000 | - | 46.891 | 82.779 | 435.242 | 2.129.102 |
| Total | 1.430.076 | - | 360.000 | (129.441) | 46.891 | 82.779 | 435.242 | 2.225.547 |

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas nos mesmos, têm os seguintes vencimentos:

| | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| 2015 | - | 101.940 |
| 2016 | 137.981 | 109.038 |
| 2017 | 141.469 | 109.384 |
| 2018 | 142.419 | 109.384 |
| 2019 em diante | 2.396.160 | 1.699.356 |
| | 2.818.029 | 2.129.102 |

As eficácias previstas nos contratos assinados com os estaleiros abaixo, correspondentes ao adiantamento de 5% do valor do contrato (cláusula sétima dos contratos), foram pagas pela Transpetro no valor total de R$ 511.550, conforme abaixo:

| Estaleiro | Ano | Valor R$ (mil) |
|---|---|---|
| Estaleiro Atlântico Sul S.A. | 2007 | 137.556 |
| Estaleiro Mauá Petro-UM | 2008 | 32.847 |
| Estaleiro Atlântico Sul S.A. | 2009 | 65.507 |
| Estaleiro Atlântico Sul S.A. | 2010 | 133.723 |
| Estaleiro Rio Tietê | 2011 | 21.920 |
| Estaleiro Promar S.A. | 2011 | 48.723 |
| EISA Petro-Um | 2013 | 71.274 |
| | | 511.550 |

Os montantes totais gastos (incluindo a atualização dos juros sobre o financiamento), para a construção dos navios até dezembro de 2014 foram:

| Parcelas disponibilizadas de recursos | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| Transpetro através de recursos próprios | 517.277 | 375.041 |
| Eficácia | 511.550 | 511.550 |
| BNDES e Banco do Brasil - Financiamento à Transpetro | 2.841.176 | 2.060.515 |
| Juros referente ao financiamento | 488.794 | 308.389 |
| Amortizações efetuadas | (381.159) | (143.357) |
| Fiscalização Petrobras (*) | 105.442 | 62.890 |
| Outros | 23.999 | (25.412) |
| **Total Transpetro** | 4.107.079 | 3.149.616 |

| Parcelas disponibilizadas de recursos | 2014 | 2013 |
|---|---|---|
| Estaleiros através de recursos próprios | 124.179 | 114.429 |
| BNDES - Financiamento aos Estaleiros | 1.056.150 | 1.023.056 |
| **Total Estaleiro** | 1.180.329 | 1.137.485 |

(*) Serviços de fiscalização executado, para acompanhamento e aprovação das construções dos navios.

Até 31 de dezembro de 2014 os seguintes navios relacionados ao programa já foram entregues: Celso Furtado, João Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Rômulo de Almeida, Zumbi dos Palmares, José Alencar, Dragão do Mar, o 1º Comboio, Henrique Dias e Anita Garibaldi.

### 31. SEGUROS

As operações da Companhia se encontram seguradas contra termos de danos materiais e responsabilidade civil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

| | Valor em risco (não auditado) | Limite máximo de indenização (não auditado) |
|---|---|---|
| Danos materiais navios | 3.401.569 | 3.401.569 |
| Responsabilidade civil | 7.500.000 | 7.500.000 |

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

#### 31.1. Garantias

A Companhia detém as seguintes cartas fiança em 31 de dezembro de 2014:

| | Banco | Valor garantido |
|---|---|---|
| Execução Fiscal da Comarca de São Sebastião | Banco do Brasil | 591.314 |
| Execução Fiscal da Comarca de São Sebastião | Banco do Brasil | 124.296 |
| Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro | Banco Itaú | 189.055 |

A Companhia mantém seguros garantia contratados em 31 de dezembro de 2014 no montante total assegurado de R$ 457.452 para fazer face as suas demandas judicias de natureza cível e trabalhista.

Adicionalmente 10 navios do Programa de Modernização da Frota (PROMEF) foram dados a título de garantia da dívida da Companhia junto às instituições financeiras.

### 32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 16 de março de 2015, durante o processo de descarga de petróleo cru do navio Navion Gothemburg, afretado pela Transpetro International Company BV, no Terminal Aquaviário de Angra dos Reis, ocorreu o transbordamento de um dos tanques do navio e uma substância oleosa atingiu o mar. Equipes de emergência da TRANSPETRO foram imediatamente acionadas para trabalhar na contenção e remoção dos resíduos que foram prontamente retirados das áreas afetadas, com a anuência do Órgão Ambiental.

A Companhia criou uma comissão interna para investigar as causas do acidente e, até o momento, não há condições de se mensurar os efeitos financeiros decorrentes do evento. Os órgãos ambientais IBAMA E INEA/RJ, a ANP (Agência Nacional de Petróleo) e a Capitania dos Portos, foram devidamente comunicados e acompanham o incidente.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ALDEMIR BENDINE**
Presidente

**JORGE CELESTINO RAMOS**
Conselheiro

**HUGO REPSOLD JUNIOR**
Conselheiro

**CLÁUDIO ROGÉRIO LINASSI MASTELLA**
Conselheiro

**MURILO FRANCISCO BARELLA**
Conselheiro

**CARLOS AUGUSTO MULLER**
Conselheiro

## DIRETORIA EXECUTIVA

**CLÁUDIO RIBEIRO TEIXEIRA CAMPOS**
Presidente

**PAULO PENCHINA CORTINES PERREIRA**
Diretor

**CLAUDIO RIBEIRO TEIXEIRA CAMPOS**
Diretor

**NILSON FERREIRA NUNES FILHO**
Diretor

**FERNANDO GABRIEL COUTO KAMACHE**
Diretor

**PAULO CESAR MARQUES**
Contador CRC-RJ-27061-7

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Transporte S.A. – Transpetro (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting StandardsBoard* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase- Operação Lava Jato

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da "Operação Lava Jato" sobre a Companhia, incluindo i) a baixa contábil de R$ 256.664 mil nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referente a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados e ii) as investigações internas e regulatórias atualmente em andamento. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos.

Ênfase- Transações com partes relacionadas

Conforme divulgado nas Notas explicativas nº 1 e 11, as operações da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

**Outros assuntos Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado**

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2015

pwc

**PricewaterhouseCoopers**
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

**Claudia Eliza Medeiros de Miranda**
Contadora
CRC 1RJ087128/O-0

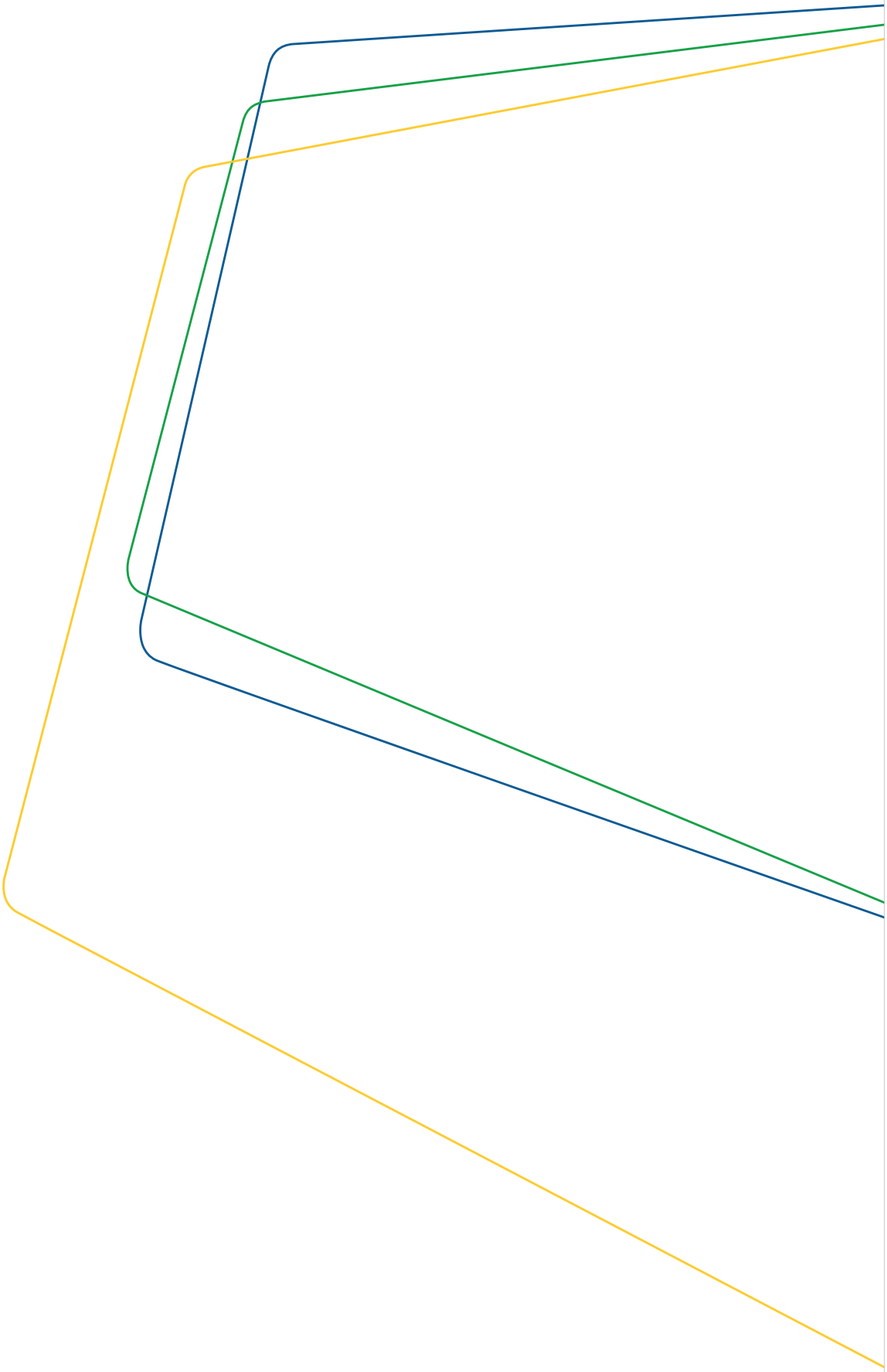
## PARECER DO CONSELHO FISCAL – 01/2015

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração de 2014, as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e o Orçamento de Capital para 2015, no valor de R$ 1.740.387 mil. O Conselho Fiscal examinou, também, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2014, no valor de R$ 905.360 mil, conforme a seguir: 1. Reserva Legal - R$ 45.268 mil; 2. Reserva de Incentivos Fiscais - R$ 24.701 mil; 3. Dividendos - R$ 835.391 mil, sendo R$ 218.153 mil na forma de Juros Sobre Capital Próprio (JCP). Adicionalmente, foi proposta a destinação de dividendos adicionais no valor de R$ 218.153 mil, referentes a lucros apurados em exercícios anteriores, perfazendo um total de R$ 1.053.544 mil a título de remuneração ao acionista.

Com base nos exames efetuados e no Parecer, sem ressalvas, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 29 de abril de 2015, bem como nos trabalhos desempenhados pelo Conselho Fiscal e nas informações e esclarecimentos recebidos da administração no decorrer do exercício, o Colegiado opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do ano de 2015.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2015.

**PAULO JOSÉ ALVES**
Presidente

**LUIS EDUARDO QUEIROZ CASTELLO**
Conselheiro

**MARCUS PEREIRA AUCÉLIO**
Conselheiro